



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE LETRAS E ARTES  
ESCOLA DE BELAS ARTES  
CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

DAIANNE NOVAES CORDEIRO

**O ABANDONO DO PATRIMÔNIO E OS CAMINHOS PARA SUA  
REVITALIZAÇÃO: A FAZENDA SÃO BERNARDINO**

Rio de Janeiro, dezembro de 2018

DAIANNE NOVAES CORDEIRO

**O ABANDONO DO PATRIMÔNIO E OS CAMINHOS PARA SUA  
REVITALIZAÇÃO: A FAZENDA SÃO BERNARDINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Conservação e Restauração.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho.

Rio de Janeiro, dezembro de 2018

## CIP - Catalogação na Publicação

N794a Novaes Cordeiro, Daianne  
O abandono do patrimônio e os caminhos para sua  
revitalização: a Fazenda São Bernardino / Daianne  
Novaes Cordeiro. -- Rio de Janeiro, 2018.  
95 f.

Orientadora: Ana Paula Corrêa de Carvalho.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de  
Belas Artes, Bacharel em Conservação e Restauração,  
2018.

1. Preservação. 2. Conservação-restauração. 3.  
Patrimônio. 4. Fazenda São Bernardino. 5. Nova  
Iguaçu. I. Corrêa de Carvalho, Ana Paula,  
orient. II. Título

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O ABANDONO DO PATRIMÔNIO E OS CAMINHOS PARA SUA REVITALIZAÇÃO:  
A FAZENDA SÃO BERNARDINO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Conservação e Restauração.

Aprovador por:

---

Profa. Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ

(orientadora)

---

Profa. Dra. Marilene Correa Maia

Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

(avaliadora interna)

---

Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Lima Carlos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ

(avaliador Externo)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus e suas bênçãos em minha vida.

Agradeço à toda minha família, em especial meus pais Daniel e Cristiane e minha irmã Diana, pela dedicação e incentivo ao longo de minha vida.

Agradeço ao meu namorado Caio pela força e carinho ao longo de todos esses anos.

Agradeço aos meus amigos de infância Marcelle, Raphael e José Fernando que estão do meu lado desde o primário.

Agradeço à Janini e Iris que compartilharam as dificuldades e alegrias ao longo de todos esses anos de faculdade e se tornaram amigas para vida.

Agradeço também às pessoas que ajudaram na realização desse trabalho, minha orientadora Ana Paula Corrêa e os historiadores Allofs Batista e Antônio Lacerda que contribuíram imensamente com o seus conhecimentos e incentivo a este trabalho.

Minha profunda gratidão a todos que fizeram parte dessa caminhada.

“A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato.”

Nildo Lage

## RESUMO

O patrimônio histórico-cultural é essencial a estrutura identitária e cultural de um povo, sendo assim, deve desempenhar função social como um bem público, tendo uma relação de troca com a sociedade, abrangendo papéis como objeto de memória, identidade, cultura, turismo, educação e até mesmo espaço social. Quando essa função não é desempenhada cria-se uma lacuna na sociedade, impede que aquele grupo possa usufruir de sua memória histórica causando danos tanto sociais quanto econômicos, essa perda pode ocorrer por vários fatores, tais como a não preservação e abandono do bem, desastres naturais, atos de vandalismo, entre outros. O trabalho em questão se utiliza do caso da Fazenda São Bernardino, Localizada na cidade de Nova Iguaçu, Município do Estado do Rio de Janeiro, patrimônio tombado pelo IPHAN e hoje em ruínas, para discorrer sobre a perda da função social do patrimônio, suas consequências para a sociedade e caminhos para a revitalização desses bens.

Palavras – Chave: Preservação; Conservação-restauração; Patrimônio; Fazenda São Bernardino; Nova Iguaçu

## **ABSTRACT**

The cultural and historical patrimony is essential to the identity and cultural structure of a population. Therefore, it must fill a social function as a public good, by having a relation of exchange with society and covering roles as object of memory, identity, culture, tourism, education and even social space. When this function is not fulfilled a gap is created in society, it interferes that group from enjoying its historical memory that results in social and economic damages. This loss can occur due to several factors, such as the non-preservation and abandonment of the patrimony, natural disasters, acts of vandalism, among others. The work in question uses the case of the “Fazenda São Bernardino”, located in Nova Iguaçu, a city of the State of Rio de Janeiro, a heritage listed by the IPHAN and now in ruins, to discuss the loss of the social function of heritage, its consequences for society and ways to revitalize these assets.

**Keywords – Conservation, Restoration, Heritage, Fazenda São Bernardino**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa que mostra o Centro de Nova Iguaçu, a Fazenda São Bernardino e a Reserva Biológica de Tinguá.....	27
Figura 2 - Alameda de Palmeiras Imperiais.....	30
Figura 3 - Fachada da Casa Grande da fazenda São Bernardino. ....	300
Figura 4 - Detalhe dos estuques que ornamentavam a fachada e dos beirais em louça manufaturados pela fabricada Rato em Cidade do Porto, Portugal. Várias das louças já tendo sido rudemente substituídas por cimento. ....	31
Figura 5 - Interior da Casa Grande, onde nota-se os pisos, portas e ornatos em madeira, além do candelabro e vitrais acima de cada porta interna. ....	32
Figura 6 - Capela com a imagem de São Bernardino. ....	32
Figura 7 - Teto em estuque com motivos litúrgicos na capela.....	33
Figura 8 - Teto em estuque da sala de música. ....	33
Figura 9 – Divisão do solar, senzala e engenho.....	34
Figura 10 - Planta Baixa do Térreo. ....	34
Figura 11 - Planta baixa do 2º andar.....	35
Figura 12 - Planta baixa do 3º andar e corte lateral. ....	35
Figura 13 - Anúncio de Venda da Fazenda São Bernardino feito por Giacomo Gavazzi no Jornal Tribuna da Imprensa. ....	38
Figura 14 - Fotos exibidas no Jornal O Globo noticiando o incêndio na Fazenda São Bernardino.....	40
Figura 15 - Fotos e manchete exibidas no Jornal do Brasil noticiando o incêndio na Fazenda São Bernardino. ....	40
Figura 16 - Fachada das ruínas do Solar atualmente. ....	41
Figura 17 - Vista das ruínas do engenho a partir do alto do outeiro.....	42
Figura 18 - Vista das ruínas da senzala a partir do alto do outeiro. ....	42
Figura 19 - Detalhe dos tijolos da escadaria que leva do alto do outeiro até a parte baixa do engenho e senzala.....	43
Figura 20 - Manchete do caderno Mais Baixada do Jornal Extra. ....	47
Figura 21 - Mapa que mostra a localização da Fazenda São Bernardino, do Cemitério dos Escravos e das ruínas do Porto Iguassú. ....	48

## **SIGLAS**

Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC

Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE

Departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – DPHAN

Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu – FENIG

Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro –  
FUDREM

International Council of Museums – ICOM

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU

Ministério da Cultura – MinC

Plano Nacional de Cultura – PNC

Sistema Nacional de Cultura – SNC

Superintendência de Patrimônio Urbanístico – SPAU

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>Capítulo 1. Considerações sobre o patrimônio</b> .....	12
<b>1.1 Algumas definições sobre patrimônio</b> .....	13
1.2 A função social do patrimônio .....	14
1.3 O abandono do patrimônio.....	19
1.4 Revitalização da função social do patrimônio .....	22
<b>Capítulo 2. O Caso da Fazenda São Bernardino</b> .....	26
2.1 Contexto histórico .....	27
2.2 Órgãos competentes em relação à fazenda São Bernardino.....	44
2.2.1 IPHAN.....	46
2.2.2 INEPAC .....	46
2.2.3 Prefeitura de Nova Iguaçu .....	48
<b>Capítulo 3 - a sociedade Iguaçuana em relação ao seu Patrimônio Histórico...</b>	54
3.1. Algumas ações realizadas pela comunidade para preservação de seu patrimônio .....	55
3.2. Patrimônio, preservação: potencialidades na fazenda São Bernardino .....	57
<b>Considerações Finais</b> .....	63
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65
<b>Apêndices</b> .....	68
<b>APÊNDICE A</b> – Carta de apresentação para a entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu.....	69
<b>APÊNDICE B</b> –Termo de Consentimento para a entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu.....	70
<b>APÊNDICE C</b> – Roteiro de questões para a entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu .....	71
<b>APÊNDICE D</b> – Transcrição da entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu .....	72

# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio permeia toda sociedade e está direta ou indiretamente presente em nossas vidas. Este trabalho busca definir o entendimento deste e explicitar sua importância e essencialidade para um povo. Analisando, com a metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, como o entendimento de patrimônio e seus valores foram desenvolvidos ao longo dos séculos. Mostrando a necessidade da sociedade em preservá-los para que se torne possível o cumprimento de sua função. Além de explicitar qual o papel do bem patrimonial em meio social e os valores que dele são transmitidos a humanidade.

Entretanto, não obstante são os casos em que um patrimônio perde sua função social, sofrendo casos de abandono, depredações e vandalismo, mesmo que protegidos por lei. Deste modo, o trabalho busca responder o que acontece quando um patrimônio não é capaz de cumprir sua função social. Explicitar as causas dessa perda e as consequências para seu meio. Procurando em seguida meios para a revitalização desses bens.

Neste trabalho será analisada em especial a Fazenda São Bernardino (hoje em ruínas), localizada na cidade de Nova Iguaçu, Município do Estado do Rio de Janeiro. Posto que é um exemplo notável de patrimônio tombado, protegido por lei, e mesmo assim, com um amplo histórico de perdas, vandalismos e depredações que culminaram em seu estado de abandono e ruína. Deste modo, o trabalho tem como objetivo geral:

- Analisar quais foram os fatores-chaves para o abandono deste patrimônio (Fazenda São Bernardino);

Objetivo específico:

- Apontar uma justificativa para sua preservação demonstrando a razão pela qual este bem é importante, sua história e características.

Dessa forma, veremos a relação da sociedade em que este patrimônio se insere com o mesmo, as tentativas de apropriação popular de um patrimônio abandonado. Também será mostrada a relação dos órgãos competentes com seu patrimônio tombado em estado de arruinamento. Buscando quais são os responsáveis

pela sua preservação e qual o posicionamento em relação ao seu atual estado, ou seja, se existe algum projeto de revitalização, restauração ou conservação.

Como metodologia foram consultados teóricos na literatura sobre Patrimônio e Fontes Primárias em visitas ao:

- Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional;
- Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu;
- Biblioteca Cial Brito Casa de Cultura de Nova Iguaçu;
- Departamento de Pesquisa e Documentação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo apresentaremos alguns conceitos e definições sobre o patrimônio. Abordaremos a origem do termo e seu processo de ressignificação ao longo do tempo. Destacaremos a importância da sua função social e preservação para formação das identidades culturais. Já o segundo capítulo versa sobre o contexto histórico analisando a criação da Fazenda. Em outra etapa, aborda a importância da ação dos órgãos competentes em relação à preservação deste importante patrimônio cultural. No último capítulo, apresentaremos como a sociedade iguaçuana se relaciona com seu patrimônio histórico. Destacaremos algumas ações organizadas pela própria sociedade e apontaremos algumas potencialidades no âmbito da preservação da Fazenda São Bernardino.

## **Capítulo 1. Considerações sobre o patrimônio**

## **Capítulo 1. Considerações sobre o patrimônio**

Neste capítulo apresentaremos alguns conceitos e definições sobre o patrimônio. Abordaremos a origem do termo se seu processo de ressignificação ao longo do tempo. Destacaremos a importância da sua função social e preservação para formação das identidades culturais.

### **1.1 Algumas definições sobre patrimônio**

Patrimônio é uma palavra de uso cotidiano, presente em nossas vidas em suas várias subcategorias: econômico, financeiro, cultural, entre muitos outros. Etimologicamente a palavra tem sentido de herança, algo que pertence a alguém e que será passado adiante através do tempo. Este trabalho será focado no patrimônio cultural, mais especificamente nos bens imóveis, categoria na qual a Fazenda São Bernardino se encaixa.

A Constituição brasileira define como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “bens móveis e imóveis existentes no país em que a preservação seja de interesse público, devido a fatos memoráveis da história do Brasil, excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”<sup>1</sup>. A construção desse conjunto de bens é uma prática dos Estados modernos, visando sua proteção e transmissão através das gerações. Além disso, é um instrumento para formação de identidade coletiva, educação e formação de cidadania.

Segundo José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2003) o patrimônio é algo utilizado para comunicar, simbolizar e representar. “Faz a mediação sensível entre humanidade e divindade, mortos e vivos, passado e presente” (GONÇALVES, 2003, p.27). Não somente existindo para ser contemplado, mas sim construindo e formando as pessoas. Ao ser pensada etnograficamente, tomando como referência o ponto de vista do outro, o patrimônio pode ser utilizado para entender o universo mental e social de outros povos e culturas.

---

<sup>1</sup> Referência: BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 23/07/2018.

Já Françoise Choay (2001), define patrimônio como “um bem destinado ao usufruto da sociedade e constituído pela acumulação contínua de diversos objetos congregados por seu passado em comum” (CHOAY,2001, p.11).

A constituição de um patrimônio cultural, histórico e artístico é de extrema importância para uma sociedade. Gonçalves (2003) afirma que todo grupo humano exerce algum tipo de colecionamento com o intuito de demarcar domínio subjetivo em relação ao outro, mesmo que em algumas sociedades este colecionamento tenha o destino de redistribuição ou até mesmo destruição.

Dito isto, é ressaltado o papel crucial do patrimônio na existência de uma coletividade humana. É a chave para a identificação do indivíduo em seu meio, para o sentimento de pertencimento aquela coletividade.

## **1.2 A função social do patrimônio**

No livro “*Alegoria do Patrimônio*”, de Françoise Choay (2001), são percorridos o caminho percorrido pela humanidade para a tomada de consciência em relação ao patrimônio e a necessidade de sua preservação. Durante os séculos as discussões sobre a proteção dos bens culturais, então chamados antiguidades, evolui gradativamente desde os antiquários, passando pela revolução francesa e, enfim, os esforços de preservação e tombamento que finalmente tomaram toda Europa a partir do século XIX, disseminando-se para o resto do mundo em seguida.

Mesmo em séculos de estudos realizados pelos Antiquários, a conservação das antiguidades era predominantemente iconográfica, ou seja, realizada por meio de imagens ilustradas e descrições textuais. Foi a partir da Revolução Francesa os comitês revolucionários começam a visar o resguardo do patrimônio nacional. Estes bens foram considerados Tesouros Nacionais, isso modificou o status das antiguidades transformando-as em bens materiais que se não preservadas e mantidas acarretaram em prejuízo financeiro, pois agora são herança e tesouro pertencentes à nação. Neste sentido:

Indivíduos e sociedade não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória. Essas verdades logo foram compreendidas pelos homens que providenciaram, contra os decretos

vandálicos, a proteção da herança monumental da nação (CHOAY, 2001, p.112-113).

Desse modo, iniciaram-se esforços para inventariar e gerir estes bens, uma comissão foi criada para o realizar o tombamento em diferentes categorias e determinar o estado em que se encontram. Até, por fim, receberem uma destinação final, uma função. Entretanto várias dificuldades foram enfrentadas pelas comissões despreparadas em estrutura técnica e financeira para manutenção e conservação. Vários monumentos foram vendidos à particulares e outros convertidos em mercados, depósitos, prisões e casernas (CHOAY, 2001).

Com o fim da Revolução, o trabalho das comissões foi extinto e sua obra não teve continuidade oficial. De fato, Napoleão colocaria como prioridade os museus. Empenhado na transferência e apropriação dos espólios e pilhagens, Napoleão negligencia os monumentos históricos nacionais. Com dificuldades econômicas e políticas e a falta de critérios de análise para uma conservação sistemática dos edifícios, a administração dos monumentos nacionais passa por extrema dificuldade. Contudo, é errado dizer que a conservação dos monumentos foi um total vazio neste período, continuada em parte pelo Diretório, pelo Império e pelo Conselho dos Edifícios Civis.

O século XIX atribuiu uma nova importância as antiguidades, o patrimônio nacional entra em sua fase de consagração. A contribuição de vários países Europeus para a teoria e práticas da conservação de monumentos históricos foi considerável. Descobertas físicas e químicas, invenções técnicas, progressos nos campos história da arte e na arqueologia e o desenvolvimento da restauração dos monumentos como disciplina autônoma. Além disso, a revolução industrial, por seu caráter de processo em desenvolvimento global, concedeu uma dimensão universal ao conceito de monumento histórico. Contribuindo para generalizar o estabelecimento de leis visando a proteção.

Seguindo o pensamento ocidental, um ponto de congruência é certo, a preservação do patrimônio é uma prioridade para que este seja capaz de exercer sua função social e estar a dispor das gerações futuras. Sendo assim são precisos processos e práticas para a seleção e construção desse patrimônio. O

reconhecimento do objeto como um patrimônio atribui valores para este que justificam o empenho em sua preservação.

No Brasil, o patrimônio histórico e artístico nacional é referido pela primeira vez como objeto de proteção obrigatória do poder público na Constituição de 1934, e anos depois, em 1937, a proteção dos bens culturais é regulamentada pela lei decreto nº25. Dessa forma: “Em todos os textos jurídicos, é o valor cultural atribuído ao bem que justifica seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, sua proteção pelo Estado” (FONSECA, ,2005, p. 38).

De fato, uma gama de valores podem ser atribuídos e percebidos nos monumentos. O valor intrínseco no objeto patrimonial adquire vários e amplos significados ao longo do tempo, uma obra de arte não é só um produto de seu tempo mas sim de toda a sua trajetória, absorvendo valores estéticos, históricos, econômicos, entre tantos outros.

Segundo Choay (2001), o valor nacional tornava o monumento histórico propriedade do povo e atribuía a ele afetividade. O valor cognitivo é focado na educação. Trata os monumentos históricos como portadores de valores de conhecimento específicos e gerais, como testemunhas do passado permitem reconstituir uma diversidade de histórias, como a história política, dos costumes, da arte, das técnicas. Também dão assistência à pesquisa intelectual e na formação de profissões e artesãos. Além disto, dota os cidadãos de uma memória histórica viva que gera afetividade, sentimento de orgulho e superioridade nacional.

Ruskin<sup>2</sup> atribuiu ao monumento histórico valor e destinação de memória. Ele afirma que sem a arquitetura não podemos nos lembrar, e que é o único meio que se dispõe para conservar vivo o laço com o passado, ele determina nossa identidade e é parte de quem somos (RUSKIN, *apud*, CHOAY, 2001).

Alois Riegl<sup>3</sup> empreende uma análise crítica da noção de monumento histórico enquanto objeto social e filosófico. Para ele o valor de um monumento é dado pela subjetividade, pelo ponto de vista do observador e não por verdades determinadas,

---

<sup>2</sup> John Ruskin (1819 – 1900), foi um teórico inglês do século XXI de grande influência para as teorias da preservação do patrimônio e pensamento extremista para a não intervenção em monumentos com forte caráter do romantismo.

<sup>3</sup> Alois Riegl (1858 – 1905), foi um teórico austríaco, fundador da Escola Vienense de História da Arte e presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria e autor de “O Culto Moderno dos Monumentos”, teoria de grande influência no entendimento do patrimônio.

ou seja, não existe um valor absoluto e sim um valor relativo. Sua análise de valores é estruturada da seguinte forma:

Os valores rememorativos que são ligados ao passado e se valem da memória, eles subdividem-se em:

Valor de Antiguidade:

Também chamado de valor de ancianidade, é atribuído no primeiro contato do observador com o monumento com a percepção de seus aspectos não modernos. Este valor surge do contraste, leva à consciência a grandeza do passado *versus* a decadência do presente e evoca a transitoriedade das criações humanas.

Valor Histórico:

É um valor que implica conhecimento, não é imediato, e sim reflexivo e científico. Vem do reconhecimento de que o monumento representa um estágio específico do desenvolvimento da humanidade. Deste modo, o monumento passa a ter valor de documento histórico.

Valor Rememorativo Intencionado:

Este valor diz a respeito à busca de um presente eterno, a perenidade e integridade de um estado original, não tocado pela ação destrutiva da natureza. Ele se diferencia dos valores de contemporaneidade por não pretender igualar-se a uma criação moderna (RIEGL, *apud*, CUNHA, 2006).

Riegl então apresenta uma segunda categoria, o valor de contemporaneidade, valor de oposição ao valor de antiguidade. Esse valor subdivide-se em:

Valor de Uso:

Segundo Riegl, no valor de uso o monumento deve atender às necessidades materiais do homem. É um valor terreno relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos.

Valor de Arte

Este valor refere-se a forma como o monumento sensibiliza o espectador, atende as necessidades do espírito, é medido pela satisfação da vontade artística moderna. Ele se subdivide em valor de arte relativo e valor de novidade (RIEGL, *apud*, CUNHA, 2006).

O valor de arte relativo é a capacidade que o monumento antigo tem de sensibilizar o espectador moderno. É a apreciação de obras de gerações antepassadas como prova da evolução criativa. O valor de novidade é o das coisas novas e integras, é a atribuição de superioridade ao que é novo acima do que é velho.

Outro teórico que fala sobre o valor atribuído ao patrimônio é Dvorák<sup>4</sup> (2008), ele coloca a preservação do patrimônio como um dever moral. Para ele, o patrimônio tem papel essencial na existência social e no sentido de pertencimento. Dvorák (2008) afirma que o patrimônio não é somente valoroso e de interesse para intelectuais e amantes da arte, é importante para a história humana e social e tem significado profundo para todos os homens, eruditos e conhecedores da arte ou não. O valor da arte vai além do valor histórico e artístico e se eleva ao valor espiritual de contemplação. Ele diz que a destruição de monumentos, além de um dano econômico pela perda de atração de visitantes é um dano social, e um empobrecimento artístico e espiritual ainda maior que a perda econômica, quando um patrimônio é destruído priva-se o homem de se enriquecer com a história de sua pátria, empobrece sua vida espiritual (DVORÁK, 2008).

Com isto, vemos a forma como o patrimônio é valorizado pela sociedade, a sua importância em meio social, além da obrigação da preservação desses bens. Contudo essa não é uma via de mão única, o patrimônio também devolve valores e benefícios para seu meio através de sua função social. Culturalmente, historicamente, economicamente através do turismo, funcionando como espaço social, etc.

“Lugar” e patrimônio cultural são dois elementos importantes na formação da sociedade de qualquer Estado-Nação. Enquanto o “lugar” pode ser interpretado como um elemento (real ou fictício) que liga os indivíduos por meio de relações sociais e sentimentos de pertencimento a sua sociedade, o patrimônio cultural apresenta, por meio de sua materialidade, um “lugar” simbólico no qual se insere e expressa a historicidade e a sociabilidade dessa sociedade (FEIBER, 2008, p. 24).

Quando um monumento sofre danos, vandalismos, ou até mesmo, total abandono, isto prejudica o cumprimento de sua função e acarreta em impactos no seu meio social. No próximo capítulo serão explicitadas as causas e consequências da perda desta função social.

---

<sup>4</sup> Max Dvorák (1874 – 1921), foi um historiador da Arte austríaco nascido tcheco e membro da Escola Vienense de História da Arte. Sua teoria tem influência ampla de Alois Riegl e sua principal obra “Catecismo da Preservação de Monumentos”, explora o sentido da preservação e a importância do reconhecimento do espírito do passado nos monumentos.

### 1.3 O abandono do patrimônio

Um fator crucial para a preservação de um patrimônio é seu uso. A falta de uso e destinação na maior parte das vezes acarreta em abandono e deixa o monumento suscetível a outras ameaças. Um patrimônio que não é utilizado pela sociedade perde seu sentido e sua razão de ser, passa a não devolver valores para seu meio. Sem uso, sua manutenção e preservação acabam em segundo plano ou, até mesmo, inexistentes. Por estas razões é importante que um monumento além de tombado receba uma destinação.

Partindo da ideia de que se um bem é tombado não possui uma função definida, passa a correr riscos de se deteriorar e perder sua integridade física por falta de uso, esse patrimônio, de fato, não é patrimônio, mas símbolo alienado ou até vazio (FEIBER, 2008, p. 24).

Sem uma manutenção regular o monumento fica sujeito ao acúmulo de sujidades, crescimento de plantas e outras mazelas que sem vistoria regular não são percebidas e remediadas. Além disso a falta de vigilância deixa o bem sujeito a atos de vandalismos, invasões, roubos e depredações. Também corre perigo, dependendo de seu estado, de se tornar foco de animais nocivos e transmissores de doenças, como o mosquito *aedes aegypti*, baratas e ratos.

Em relação ao abandono do monumento Choay diz: “O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz com que sejam deixadas de lado e abandonadas” (CHOAY, 2001, p. 149). Ou seja, quando não reconhecido por seu meio social, a preservação do monumento não é prioridade. Mesmo que protegido por lei, em meio a tantos outros patrimônios ele se perde quando não há representatividade suficiente em relação a sua importância. Esta representatividade é gerada pelo sentimento de pertencimento daquele patrimônio em uma comunidade, que é alcançado pelo conhecimento daquele monumento através da educação e programas culturais e de conscientização. O papel da educação é indispensável para que se caminhe em direção a valorização da memória e a busca do fortalecimento das identidades locais. No entanto: “mesmo combinada com medidas penais uma lei não basta. Hoje isso é patente. A preservação dos monumentos antigos é antes de tudo uma mentalidade” (CHOAY, 2001, p. 149).

Esta falta de apego abre caminho as vozes opositoras e pressões imobiliárias que incentivam a destruição de monumentos com intuitos de demolição para o “progresso urbano” e renovação. Além disso, a falta de conscientização aumenta os casos de vandalismo e depredações.

Outro fator corriqueiro no abandono de patrimônios é a questão do patrimônio tombado de posse privada. A função social se relaciona com o direito de propriedade, regulando o uso e dando uma destinação útil, dentro do contexto social, assegurando o interesse público em detrimento ao interesse individual. O direito de propriedade no Brasil não é absoluto, ou seja, é passível de restrições, entre essas formas de restrição está o tombamento de bens imóveis privados.

O tombamento de bens privados é um procedimento administrativo no qual o Estado, alegando o interesse público na conservação de um bem, restringe e regula o seu usufruir em detrimento a seu valor histórico, cultural, artístico, arqueológico, etnológico, bibliográfico ou artístico. Isto torna o bem, em teoria, em imodificável, impedito por lei sua reforma, mutilação ou demolição, além de depender de autorização para reparos, restauros ou pinturas. Outras restrições são a alienabilidade limitada, o dever de conservar o bem e obrigação de reparar qualquer dano mediante autorização.

A legislação também prevê a concessão de benefícios aos proprietários de bem tombado como isenção do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), transferência do direito de construir, ou seja, poder alienar ou exercer em outro local o potencial construtivo do lote e o incentivo a projetos de restauração pela Lei nº8.313/91 ou “lei do incentivo”<sup>5</sup>.

Entretanto, na maioria dos casos os proprietários de tais bens não recebem com felicidade o tombamento. As restrições não são bem recebidas em vista das dificuldades de manutenção, preservação e implicações que o tombamento estabelece. Seus processos são rígidos, burocráticos e financeiramente onerosos, além do alcance à ajuda estatal ser de extrema dificuldade. Muitos são os casos que

---

<sup>5</sup> Referência: BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313cons.htm). Acesso em: 23/07/2018.

geram disputas judiciais por parte dos proprietários contra o tombamento ou com pedidos de indenização do Estado. Todavia o tombamento é visto como uma restrição parcial que em regra não dá direito a indenização, para isto o proprietário deverá comprovar que realmente sofreu prejuízos por causa do tombamento o que gera disputas judiciais com longas durações. Com isto, não obstante são os proprietários que abandonam seus bens imóveis tombados.

Por considerarem difícil a conservação do bem, e muitas vezes não alcançarem a ajuda do Estado e se depararem com o burocrático processo para se verem amparados pelos chamados “incentivos” ao tombamento, e nesse impasse, ver seus imóveis sujeitos a desvalorização, os proprietários preferem os abandonar, esperando ruir e perder os requisitos inerentes ao tombamento para que então, fiquem livres para darem o fim que desejarem ao bem particular. Na prática, o que deveria ser preservado e zelado para manter suas características e ser apreciado por toda a humanidade, por muitas vezes é menosprezado e abandonado (CRUZ; ZEBRAL, 2017, p. 15).

Mais um fator de extrema recorrência para o abandono de um patrimônio é a falta de verba necessária para sua conservação. Isto muitas vezes está atrelado a uma falta de planejamento e políticas públicas de preservação a nível municipal. O que ocasiona na falta de investimento e ações concretas para a preservação do bem, ou seja, ações preservacionistas até podem acontecer, mas são espaçadas, pontuais e descontinuadas.

Chris Bueno (2013) aponta em seu artigo que enquanto alguns locais mais frequentados, recebem mais atenção do governo, porém ao mesmo tempo sofrem com a visitação intensa e sem planejamento, outros menos conhecidos são muitas vezes esquecidos recebendo pouco ou nenhum recurso para sua manutenção, até por fim entrarem em estado de abandono. Ele ainda ressalta a importância de se considerar a população que rodeia o monumento, colocando-a como um elemento chave a ser considerado na preservação, a população deve ser consultada e informada sobre sua história, essa participação deve ser incentivada.

Mas em um ponto os dois cenários se unem: na falta de planejamento para seu manejo. Os sítios mais populares sofrem depredação pela visitação intensa e falta de estrutura. Já os menos conhecidos sofrem com o abandono (BUENO, 2013, p. 64).

Ainda, segundo a autora não é possível pensar na conservação e no manejo desses sítios sem considerar a população que vive neles:

Segundo os pesquisadores, não adianta apenas incentivar o turismo ou conquistar título internacional de patrimônio histórico, assim como não se podem criar projetos de restauração ou preservação sem antes consultar os próprios moradores dessas áreas, incentivar sua participação e respeitar sua realidade (BUENO, 2013, p. 65).

Mais um fator associado ao abandono é o abordado por Sara Rodrigues (2012): a desertificação, ou seja, o despovoamento de um local, por qualquer motivo, e que leva a população de determinado lugar diminuir exponencialmente. Em geral, o motivo da desertificação é a procura da população em melhor se integrar econômica e socialmente aos centros de maior importância, a autora aponta um fraco sistema de transporte como maior influência para tal ação. Segundo Rodrigues esse processo de migração populacional gera desinteresse em investimentos e cria um ciclo vicioso de abandono, em que quanto maior o estado de degradação, maior a falta de interesse e investimentos.

Desse modo, vemos vários fatores que ocasionam no abandono dos monumentos históricos, é necessário analisá-los e conhecê-los, para que evite-se a degradação do bem patrimonial. É claro que fatores diferentes podem existir, considerando que cada caso é único, neste capítulo buscou-se evidenciar aqueles mais comuns ao patrimônio abandonado. Infelizmente, muitos são os monumentos que já se encontram em estado avançado de degradação advindo de seu abandono. Todavia, esta não é uma condenação à morte para o patrimônio. No próximo subcapítulo serão vistos os caminhos para a revitalização desses bens e sua efetiva preservação.

#### **1.4 Revitalização da função social do patrimônio**

Segundo o dicionário Iphan de Patrimônio Cultural<sup>6</sup> Revitalização consiste em uma “refuncionalização estratégica” buscando a valorização de uma área dotada de patrimônio e que passaram por processos degradativos. Com esta refuncionalização é possibilitado ao patrimônio degradado uma nova inserção social e atividades de interesse público.

---

<sup>6</sup> <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/1026>. Acesso em: 26 jul. 2018.

Vale também mencionar a discussão entre os termos revitalização, requalificação e reabilitação. Emanuel Braga (2016), em seu artigo para o dicionário Iphan de Patrimônio Cultural, resume bem o sentido destes termos:

Embora muitas vezes utilizado de modo indiferenciado, os termos revitalização, requalificação e reabilitação apresentam semânticas próprias. Revitalização é o ato de 'dotar de vida' algo que está morto. No urbanismo, revitalizar um espaço é propor novos usos que dinamizem a situação de abandono ou degradação urbana. Requalificação tem um sentido semelhante, mas não parte do pressuposto que determinado espaço está tão abandonado ou tão degradado que necessita a substituição completa de estruturas e uso. Na requalificação, não se dota um lugar de vida, mas de maior qualidade da vida que já existe e é levada em conta no planejamento urbano (BRAGA, 2016, p. 1)

Sendo assim, o intuito da revitalização é devolver a função social de um patrimônio, incluindo-o na sociedade de modo sustentável, buscando o resgate de sua valorização. Deste modo atribuindo uma nova vida útil para o monumento abandonado. Para isso, dependendo das condições do monumento, podem ser implementadas ações de restauração, conservação e preservação.

A restauração constitui em medidas e práticas interventivas mecânicas, estruturais, químicas ou estéticas tem o objetivo de estabilizar o bem, reverter danos e devolver sua integridade e valores históricos e artísticos. Já a conservação consiste em ações e tratamentos curativos e estabilizadores realizados fisicamente no objeto e tem o intuito de impedir, retardar ou inibir a degradação do bem.

O dicionário do IPHAN define preservação como uma "gestão prática" do patrimônio através de instrumentos de identificação, proteção e gestão (SANT'ANNA, 2015, p.2). Esse conjunto de ações preservativas constituem o "processo de patrimonialização" que vai desde a atribuição de valor ao bem até ações concretas com o intuito de mantê-lo em sua integridade. Já o dicionário museológico do ICOM (International council of museums) define preservação como o "ato de proteger uma coisa ou um conjunto de coisas de diferentes perigos" (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.79-81). Deste modo, pode-se dizer, também, que a preservação é um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que tem o objetivo de evitar e prevenir danos ao bem patrimonial.

Como dito anteriormente a inclusão da sociedade é de extrema importância no processo de revitalização do bem patrimonial. Tanto para a análise do bem e definição

de sua função social quanto como um ponto chave para ser considerado na tomada de decisões. Além disso, um bem que é incluído na sociedade tem maiores chances de preservação efetiva, como já explicitado. Para esta inclusão são necessárias por parte dos órgãos competentes políticas de preservação e planejamento do projeto de revitalização, assim como a manutenção pós revitalização.

Para Viñas (2003) a conservação de determinado bem ou objeto deve ser realizada levando em consideração a comunidade. Pois, os objetos “são portadores de significados, possuindo um caráter simbólico e de comunicação (VIÑAS, 2004, p. 41). Dessa forma, também devem ser pensados e planejados projetos sociais de educação patrimonial<sup>7</sup>, ações continuadas de preservação, incentivos e acesso ao bem para a população e visitantes interessados. A Educação Patrimonial seria um processo sistemático realizado de forma permanente e pode ser realizada considerando:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6, apud, IPHAN, p.13,2014).

Por outro lado, muitos são os casos em que o bem revitalizado adquire função turística, esse caminho pode ter benefícios e malefícios para o bem e seu meio. A atribuição de função turística à um bem deve ser extremamente bem pensada. Por um lado, a visitação turística reaviva a valorização do monumento, traz um aumento da economia e da visibilidade do local, em consequência isto gera um maior investimento em sua manutenção e preservação.

Entretanto, esta atribuição de função caso não pensada com cuidado e considerando o efeito gerado na população pode afetar negativamente o meio em que se insere. Isto é, enquanto uma exploração comercial e atrativo turístico nem sempre o bem estar populacional é levado em questão, já que interesses financeiros podem comprometer a relação identitária com a comunidade e até mesmo gerar o efeito de

---

<sup>7</sup> A introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, (IPHAN, p.13,2014).

gentrificação. Isto é, o “enobrecimento” de uma área que encarece o custo de vida, atrai moradores de maior pose aquisitiva e expulsa os moradores originais, marginalizando esta população de sua herança patrimonial.

Para um melhor entendimento a definição de gentrificação pelo dicionário do IPHAN é:

Deslocamento processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local para dar lugar a apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural (BRAGA, 2016).

O monumento em meio ao processo de revitalização não deve nunca ser visto apenas como um bem de consumo, pois isto gera a descaracterização do mesmo e a exclusão social da população ao qual por direito aquele bem pertence. Os moradores devem ser levados em conta, a prefeitura municipal deve fazer parte deste processo e o planejamento baseado em política de preservação consolidada é imprescindível. Além disso, a ação continuada de preservação, com incentivos para a visitação, educação patrimonial, programas de inclusão são de extrema importância para que o monumento não volte ao estado de abandono.

## **Capítulo 2. O Caso da Fazenda São Bernardino**

## Capítulo 2. O Caso da Fazenda São Bernardino

O presente capítulo aborda o contexto histórico sobre a criação da Fazenda e sua trajetória, procurando minuciar os motivos de seu estado de abandono. Quais os percalços sofridos ao longo do caminho por esse patrimônio. Além disso, justifica-se sua importância cultural e histórica. Por fim, aborda a importância da ação dos órgãos competentes em relação à preservação deste importante patrimônio cultural.

### 2.1 Contexto histórico

A fazenda São Bernardino encontra-se na Estrada Federal de Tinguá nos arredores da Iguaçu Velha pertencente ao município de Nova Iguaçu. A fazenda se encontra a 13 km do Centro de Nova Iguaçu e no caminho para a Reserva Biológica Federal do Tinguá (figura 1).



Figura 1 - Mapa que mostra o Centro de Nova Iguaçu, a Fazenda São Bernardino e a Reserva Biológica de Tinguá.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Fonte: Google Maps. Acesso em: set. 2018.

Este monumento é um patrimônio histórico, tombado pelo IPHAN em 26 de fevereiro de 1951 sob o número de processo 432-T-50. Sendo o único patrimônio tombado a nível federal em Nova Iguaçu e um dos três únicos na Baixada Fluminense.

Nova Iguaçu ocupa uma área de 520,807 km<sup>2</sup> <sup>9</sup> e conta com a população estimada de 798.647 habitantes <sup>10</sup> sendo o maior município da Baixada Fluminense em extensão territorial e o segundo em população. É um dos centros comerciais mais relevantes do Estado do Rio de Janeiro e concentra boa parte do PIB estadual.

A história de Nova Iguaçu está atrelada a história da baixada fluminense, pois vários municípios existentes hoje se emanciparam dele, assim como a história do Rio de Janeiro, tendo funcionado como entreposto entre a ex-capital federal e o resto do país, além de ter sido um dos principais pontos de escoamento de mercadorias, principalmente durante o ciclo cafeeiro do Vale do Paraíba com destino as metrópoles europeias e norte-americanas.

Inicialmente a circulação fluvial era de maior predominância com destaque ao Porto de Iguassú, hoje também em ruínas. Entretanto a navegação era complicada, dependendo das marés nos baixos cursos, além do constante entulhamento do rio e o nível baixo das águas nas épocas de seca. A Estrada Real do Comércio<sup>11</sup> foi de extrema importância para a fundação do município de Nova Iguaçu.

O Município de Iguassú foi criado no dia 15 de janeiro de 1833, com sua sede instalada às margens do Rio Iguassú, que serviu de inspiração para o seu nome. Ele surgiu a partir da Vila de Iguassú – uma localidade que desde o século XVIII era utilizada como pouso de tropeiros que faziam o Caminho de Terra Firme. Ainda em 1822, durante o Ciclo do Café, foi aberta a Estrada Real do Comércio, que em conexão com os portos de Iguassú, escoava a produção de cana-de-açúcar e do café plantado nas serras. O movimento foi tão expressivo que provocou a mudança do status de Vila para Município.<sup>12</sup>

Neste contexto a construção Fazenda São Bernardino é finalizada em 1875, conforme inscrição que existia em sua fachada principal na Casa Grande, até 1976

---

<sup>9</sup> Área da unidade territorial: Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

<sup>10</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência de julho de 2017

<sup>11</sup> Foi a primeira via aberta no Brasil para o escoamento de café do interior do país e teve seu calçamento concluído em 1822.

<sup>12</sup> <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/cidade/> Acesso em: 13/08/2018.i

quando foi provavelmente furtada, na placa fixada na fachada do prédio. De grande importância histórico cultural e arquitetônica, foi construída a mando do português Bernardino José de Souza e Mello, que era casado com uma das filhas do Comendador Francisco José Soares – o Comendador Soares – que inclusive dá o nome a um bairro de Nova Iguaçu.

Tanto Souza e Mello quanto o Comendador Soares foram figuras de grande importância para Vila Iguassú tendo ocupado, respectivamente, os cargos de vereador e presidente da Câmara de Iguassú. O Comendador foi uma figura de influência política na Vila de Iguassú desde de sua fundação, com influência direta na criação da câmara municipal de Vereadores de Nova Iguaçu.

A Fazenda produziu café, açúcar, aguardente e farinha de mandioca, além da extração de madeira e carvão. Passava por seu território a extinta Estrada de Ferro Rio D'ouro<sup>13</sup>, contendo uma estação denominada São Bernardino, ao qual o acesso se dava por uma alameda de palmeiras imperiais (Figura 2). Sendo assim, demonstrasse a grande importância para a história e memória do município de Nova Iguaçu, assim como toda a Baixada Fluminense.

Esse monumento também possui importância arquitetônica e artística, constituindo um solar oitocentista com características neoclássicas e descrita como uma das mais expressivas construções rurais do ciclo do café na antiga província do Rio de Janeiro. Segundo relatórios e registros fotográficos consultados no arquivo do IPHAN, possuía parede externa pintada em amarelo-creme, os portões, janelas, guarnições e portas em verde-escuro, e as paredes internas pintadas em branco. A planta baixa em forma em 'U', com as duas alas laterais medindo o mesmo comprimento, com pátio central ajardinado.

A parte central era elevada em um sobrado com três andares. Ao todo 40 cômodos compunham a casa, com salões ornados com espelhos e candelabros. A entrada principal contava com uma escada dupla com gradil e pátio folheados em cobre (Figura 3). Janelas com vidraçarias coloridas. Telhas fabricadas nas olarias

---

<sup>13</sup> A ferrovia Estrada de ferro Rio d'Ouro foi construída em 1882 para auxiliar nas obras de construção das adutoras para o abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro, começando nos mananciais da Serra do Tinguá, na Baixada Fluminense. Tinha por objetivo transportar os materiais e os operários empregados durante a construção e em 1886 foi adaptada ao público para transporte.

próximas e beiral de telhas de louça azul, manufaturados pela Fábrica Rato em Cidade do Porto, Portugal (Figura 4). Pisos e escada interna em madeira. Também possuía um chafariz no pátio interno. Capela com a imagem de São Bernardino e forro com motivos litúrgicos (Figuras 6 e 7). E por fim, a sala de música, onde o forro exibia instrumentos musicais (Figura 8). Além do Solar no outeiro, abaixo localizava-se o engenho e a senzala (Figura 9). Tudo isto foi perdido, existindo somente registros fotográficos dos anos de 1940, 1969 e 1976 nos quais a fazenda já se encontrava em mau estado de conservação.



Figura 2 - Alameda de Palmeiras Imperiais<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Fonte: Arq. Imagem 50160842. Arquivo IPHAN.



Figura 3 - Fachada da Casa Grande da fazenda São Bernardino.<sup>15</sup>



Figura 4 - Detalhe dos estuques que ornamentavam a fachada e dos beirais em louça manufaturados pela fabricada Rato em Cidade do Porto, Portugal. Várias das louças já tendo sido rudemente substituídas por cimento.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Fonte: Arq. Imagem 50160843. Arquivo IPHAN.

<sup>16</sup> Fonte: Arq. Imagem 50160850. Arquivo IPHAN.



Figura 5 - Interior da Casa Grande, onde nota-se os pisos, portas e ornatos em madeira, além do candelabro e vitrais acima de cada porta interna.<sup>17</sup>



Figura 6 - Capela com a imagem de São Bernardino.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Fonte: Cx. 401/ P1544. Arquivo IPHAN

<sup>18</sup> Fonte: Cx. 401/P1545. Arquivo IPHAN



Figura 7 - Teto em estuque com motivos litúrgicos na capela.<sup>19</sup>



Figura 8 - Teto em estuque da sala de música.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Fonte: Cx. 401/P1549. Arquivo IPHAN

<sup>20</sup> Fonte: Cx. 401/P1548. Arquivo IPHAN



Figura 9 – Divisão do solar, senzala e engenho.<sup>21</sup>

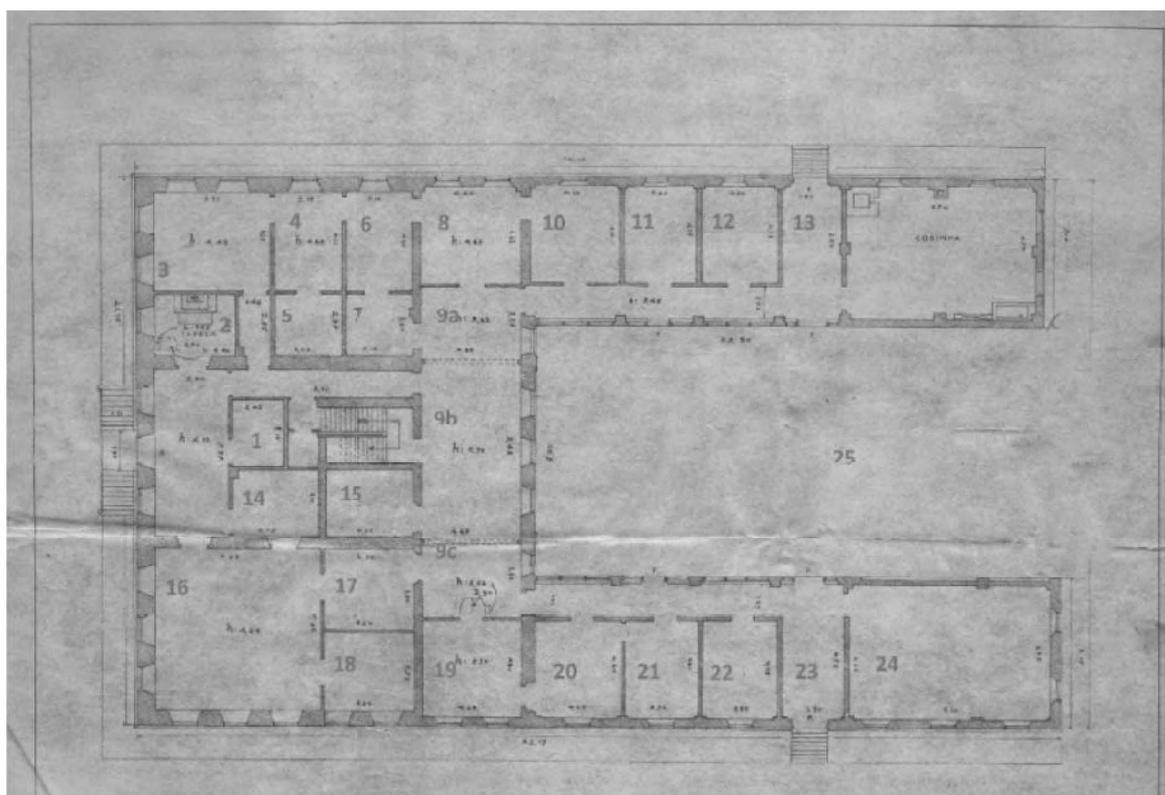


Figura 10 - Planta Baixa do Térreo. <sup>22</sup>

<sup>21</sup> Fonte: Google Maps. Acesso em: 16/10/2018. Org. pela autora.

<sup>22</sup> TEIXEIRA, José Luiz. Fazenda São Bernardino: Patrimônio Histórico Iguaçuano. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, 20 a 26 jan. 2018. p. 5.

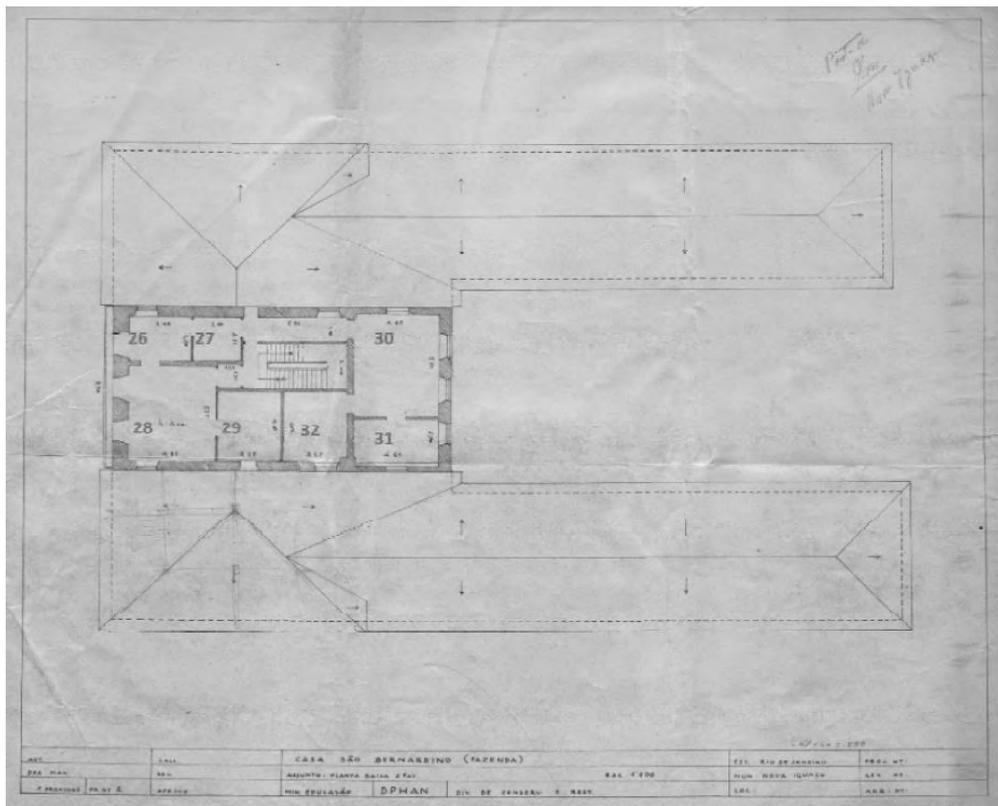


Figura 11 - Planta baixa do 2º andar.<sup>23</sup>

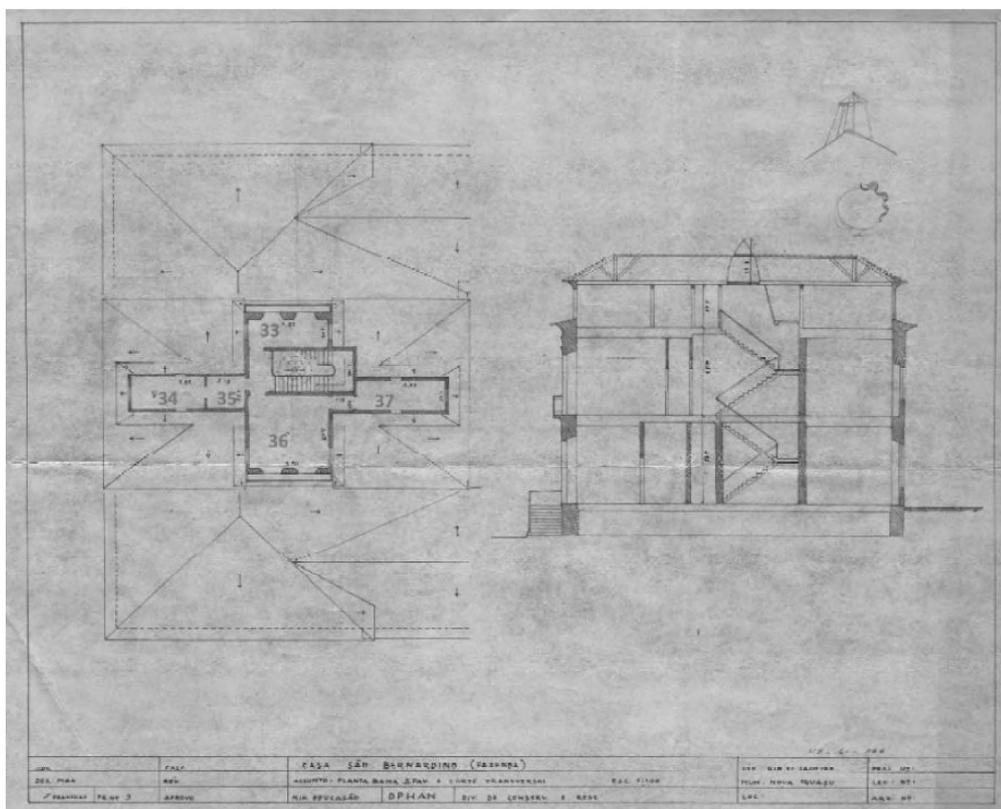


Figura 12 - Planta baixa do 3º andar e corte lateral.<sup>24</sup>

Entretanto, não muito depois da inauguração da Fazenda, em 1891, a sede de Iguassú é alterada para o Arraial da Maxambomba que ficaria conhecida como a atual Nova Iguaçu. Os principais fatores para esta mudança foram a perda da importância estratégica do rio Iguassú que com os assoreamentos diminuiu a vazão e propagou mosquitos transmissores da malária gerando epidemias na população. Com isto, a população vai sendo atraída para as margens da nova Estrada de Ferro D. Pedro II – atual Estrada de Ferro Central do Brasil – gerando a decadência do centro comercial da Vila Iguassú e com o tempo sua desertificação.

É com a decadência de Iguassú Velho que logo se inicia a decadência da Fazenda São Bernardino que mesmo já usada esporadicamente, passa a ser utilizada menos ainda pela família Souza e Mello até 1917, quando o Coronel Alberto Mello, neto do Comendador Soares, vende a propriedade para Giacomo Gavazzi e seu sócio João Julião.

Em meio a “febre” da laranja<sup>25</sup>, Gavazzi tenta a implantação da citricultura nas terras da fazenda, iniciando cortes violentos da floresta existente e ainda sacrificando palmeiras imperiais para a passagem de caminhões de lenha. Solapando a base de pedra e cal da cocheira. Não obtendo porém, o retorno comercial esperado, Gavazzi desiste da citricultura e providencia o loteamento da área de plantio para venda, restando a lavoura e o casarão abandonados e entregues ao saque e ao matagal.

Em Janeiro de 1940 um documento realizando o pedido de tombamento da fazenda é enviado por Ricardo Xavier Silveira, então prefeito de Nova Iguaçu, para Rodrigo M. F. de Andrade, Diretor do Patrimônio Histórico Nacional na época. Nesta lê-se:

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência cinco fotografias da Fazenda São Bernardino, que é uma das ‘casas grandes’ da antiga Província do Rio de Janeiro. Trata-se de uma construção que resistiu ao poder destruidor do tempo

---

<sup>23</sup> TEIXEIRA, José Luiz. Fazenda São Bernardino: Patrimônio Histórico Iguaçuano. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, 20 a 26 jan. 2018. p. 5.

<sup>24</sup> TEIXEIRA, José Luiz. Fazenda São Bernardino: Patrimônio Histórico Iguaçuano. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, 20 a 26 jan. 2018. p. 5.

<sup>25</sup> No século XX a principal atividade do município de Nova Iguaçu passa a ser o plantio de laranjas, chegando a se tornar um dos maiores exportadores de laranja do país. Entretanto a produção entrou em decadência a partir da Segunda Guerra Mundial, e colapsou em crise por sua superprodução.

e dos homens e que pelo seu vulto e pelas suas linhas parece dever ser considerada como um monumento a ser conservado, a qual pertence a um cidadão de poucas luzes e que, por isso, poderá destruí-la.<sup>26</sup>

Em 1950 Giacomo Gavazzi é notificado do processo de tombamento da fazenda São Bernardino. No entanto não recebe a notícia com felicidade e entra com um mandado de segurança<sup>27</sup> contra o ato do Diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, alegando inconstitucionalidade no tombamento pois este feriria a inviolabilidade do direito de propriedade privada. Ao qual foi negado no mesmo ano posto que o tombamento não é visto como uma violação ao direito de propriedade por ser considerado somente uma restrição. Gavazzi ainda entra com recurso, entretanto é negado novamente. E em 26 de fevereiro de 1951 é determinada a inserção compulsória definitiva da Fazenda São Bernardino da no Livro de Belas Artes.

Ainda em 1951 Giacomo anuncia a venda da Fazenda no Jornal Tribuna da Imprensa (figura 9), ao qual é notificado que no caso de alienação onerosa de bem tombado de direito privado a União, os Estados e os municípios tem preferência<sup>28</sup> e devem ser notificado dentro de trinta dias, segundo o Decreto-lei nº25:

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência. (Revogado pela Lei n º 13.105, de 2015) (Vigência)

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> 0432-T-50 Volume I. Arquivo IPHAN.

<sup>27</sup> O Mandado de Segurança é uma ação constitucional prevista hoje no artigo 5º, inciso LXIX da Constituição Federal, e em 1950 era prevista no artigo 141º, inciso 24 da Constituição Federal de 1946 como: “Para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus, conceder-se-á mandado de segurança, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.”

<sup>28</sup> Atualmente o artigo 22º foi revogado pela lei n º 13.105, de 2015. Entretanto na época ao qual se fala ainda era vigente.

<sup>29</sup> Referência: BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 16/08/2018.



Figura 13 - Anúncio de Venda da Fazenda São Bernardino feito por Giacomo Gavazzi no Jornal Tribuna da Imprensa.<sup>30</sup>

Em 1956, o jornal Correio do Amanhã anuncia “Velho solar dos tempos coloniais entregue à ação do tempo” onde em entrevista à Gavazzi noticia a impossibilidade da conservação da fazenda por parte do proprietário pela falta de recursos financeiros e o interesse da União, através do deputado Getúlio Moura, em desapropriar o imóvel para utiliza-lo como uma escola de agronomia, entretanto isto nunca se concretizou.

Vários foram os saques e roubos sofridos neste monumento, em novembro de 1961 o DPHAN solicita as autoridades policiais a colaboração para o esclarecimento de que o significado de “tombamento” era o de preservar em vista de rumores de um grupo armado que pretendia invadir e ocupar a São Bernardino alegando que um bem tombado significava que deveria tombar, ou seja, ser destruído. Ainda, segundo o relato de Bernardino Gavazzi, filho de Jácomo, ao final de 1963 e início de 1964, a Fazenda foi invadida e saqueada por grupos que na época invadiam propriedades saqueando e matando em toda zona da baixada, tendo o já idoso Jácomo Gavazzi sido roubado e espancado neste episódio.

Em 1965 tem-se registros de uma vistoria realizada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento da Guanabara, no qual se relata o péssimo estado de conservação da casa grande, com danos estéticos e estruturais graves, além de alterações e complementações que alteravam seu aspecto original. A senzala e os engenhos também sofreram danos semelhantes, além da sua adaptação para a habitação de empregados. No documento Jácomo Gavazzi queixa-se de que o DPHAN não deu atenção a sua propriedade.

<sup>30</sup> 0432-T-50 Volume II. Arquivo IPHAN.

Em 1975, visto o estado avançado de degradação da São Bernardino, a prefeitura do Município de Nova Iguaçu entra com o pedido de desapropriação da Fazenda São Bernardino e entorno de 15 mil metros quadrados alegando utilidade pública e com a pretensão da criação de um museu e área de recreação. Em dezembro de 1975 a fazenda é desapropriada. E em 1976 o projeto do Parque Metropolitano de Múltiplo Uso é criado.

Este projeto reconhecia a carência de oportunidades de recreação e lazer na área metropolitana e o reflexo disto na qualidade de vida nesta população, com isto, o projeto previa a restauração do conjunto arquitetônico da fazenda pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e a utilização da casa grande para fins culturais. A implantação do parque no entorno da fazenda seria realizada em convênio com a antiga<sup>31</sup> Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUDREM) prevendo área de recreação, lanchonetes e estacionamento. Ainda previa que a área da fazenda seria o centro da futura zona turística-cultural englobando outros marcos importantes a história de Nova Iguaçu nas redondezas, como o antigo Porto de Iguassú (até hoje igualmente em estado de abandono). Entretanto, este projeto também nunca saiu do papel e a fazenda São Bernardino continuou em estado de abandono mesmo em posse do município, sem vigilância, sem manutenção, sendo constantemente saqueada e depredada até o golpe final em março de 1983 quando um incêndio de grande proporção tomou a fazenda. O fogo atingiu a frente da casa grande, destruiu o piso de madeira e os estuques do teto e causou estragos nas paredes (figuras 10 e 11). A causa do incêndio nunca foi determinada, mas na época suspeitou-se de incêndio criminoso.

---

<sup>31</sup> A FUNDREM foi extinta em 1989.



Figura 14 - Fotos exibidas no Jornal O Globo noticiando o incêndio na Fazenda São Bernardino.<sup>32</sup>



Figura 15 - Fotos e manchete exibidas no Jornal do Brasil noticiando o incêndio na Fazenda São Bernardino.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> 0432-T-50 Volume I. Arquivo IPHAN.

<sup>33</sup> 0432-T-50 Volume I. Arquivo IPHAN.

Desde a desapropriação da Fazenda os herdeiros do já falecido Jácomo Gavazzi disputavam juridicamente por uma maior indenização. Com o incêndio eles entram então com uma ação para obter a devolução da posse do imóvel, sendo assim, em 1984 foi revogado o direito sobre a Fazenda ao município de Nova Iguaçu, voltando a constar como propriedade dos Gavazzi.

Tanto na posse da prefeitura de Nova Iguaçu quanto na posse dos Gavazzi o abandono da São Bernardino foi constante, assim como as disputas judiciais, durante os anos seguintes o mato e as intempéries continuaram a assolar este já fatigado monumento. A falta de educação patrimonial também foi um fator para sua degradação, várias são as pichações nas paredes das ruínas, além do boato de um tesouro enterrado nas terras da fazenda que ocasionou no sucessivo esburacamento do terreno. O matagal toma conta do entorno e das paredes da ruína e cobras já foram vistas tornando o entorno perigoso para a aproximação de visitantes. Além disso, lixo e focos de mosquitos se espalham pela área. Hoje a prefeitura de Nova Iguaçu novamente obteve a desapropriação da fazenda, e estuda um projeto de restauração e valorização para a mesma.



Figura 16 - Fachada das ruínas do Solar atualmente.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Fonte: Arquivo pessoal da autora. 20/11/2018.



Figura 17 - Vista das ruínas do engenho a partir do alto do outeiro.<sup>35</sup>



Figura 18 - Vista das ruínas da senzala a partir do alto do outeiro.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Fonte: Arquivo pessoal da autora. 20/11/2018.

<sup>36</sup> Fonte: Arquivo pessoal da autora. 20/11/2018.



Figura 19 - Detalhe dos tijolos da escadaria que leva do alto do outeiro até a parte baixa do engenho e senzala.<sup>37</sup>

Analisando todo este histórico e disputas judiciais nota-se o embate entre o poder público e o proprietário de bem patrimonial tombado, que no final afeta diretamente a conservação do próprio bem. Não se tem aqui o intuito de apontar o lado “certo” ou “errado” neste embate, mas sim esclarecer que o mais atingindo nisto é o bem patrimonial e a população que perde sua memória ao abandono.

Ainda podemos visualizar as várias tentativas dispersas e falhas de uma apropriação deste bem para o usufruto da sociedade atreladas a uma falta de planejamento e continuidade dos vários projetos idealizados para esse bem cultural. A trajetória da fazenda São Bernardino demonstra vários percalços aos quais o bem patrimonial abandonado passa, seu caso é um exemplo relevante para o estudo desse assunto, vários dos apontamentos feitos no capítulo 1.3 nela se aplicam e indicam os motivos de seu abandono. Iniciando com a desertificação da Vila Iguassú, a perda de sua função e destinação ao longo dos anos junto as sucessivas disputas jurídicas, a falta de verbas, a falta de educação patrimonial e vigilância causaram saques e

---

<sup>37</sup> Fonte: Arquivo pessoal da autora. 20/11/2018.

depredações, o que não foi roubado foi destruído pelo incêndio, e mesmo depois de já ruína continua a ser depredada por pichações. Entretanto, como dito anteriormente, o patrimônio abandonado não é um caso perdido. As ruínas da Fazenda São Bernardino tem potencialidade para beneficiar a população da Baixada Fluminense e este monumento não deve ser deixada de lado.

## **2.2 Órgãos competentes em relação à fazenda São Bernardino**

Os órgãos de proteção são essências para a salvaguarda do patrimônio, são eles os responsáveis por selecionar, fiscalizar, administrar e preservar os bens patrimoniais. No Brasil funcionam em três níveis: Federal, Estadual e Municipal. Em relação a fazenda São Bernardino estão ligados o IPHAN a nível federal, pelo qual é tombada, o INEPAC a nível estadual, e a Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu a nível municipal.

Hoje, na política nacional de cultura encontra-se em vigência o Plano Nacional de Cultura (PNC) previsto no artigo 215, inciso 3º da Constituição Federal:

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.<sup>38</sup>

O Plano foi elaborado pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), que é um órgão colegiado do Ministério da Cultura (MinC) e colabora na formulação de políticas públicas e promove a articulação e o debate entre a sociedade civil e os governos municipais, estaduais e federal. Deste modo, o Plano foi criado pela Lei nº

---

<sup>38</sup> [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_atual/art\\_215\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_215_.asp). Acesso em: 30/08/2018

12.343, de 2 de dezembro de 2010, e tem, segundo a página do MinC, o seguinte objetivo:

Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.<sup>39</sup>

O PNC prevê a criação de um comitê executivo para acompanhar a revisão das diretrizes, estratégias e ações do Plano. Esse comitê é composto pelo poder Legislativo, pelos estados e municípios que aderirem ao Sistema Nacional de Cultura, pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais e pelo Ministério da Cultura (MinC).

Segundo o Portal Federativo<sup>40</sup>, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) estabelece uma gestão descentralizada e participativa. Neste sistema a União é responsável por coordenar, via Ministério da Cultura (MinC), e tem dever de dar apoio técnico aos estados e municípios para que estruturarem seus próprios sistemas e ações na área cultural. Além disso, a União também coordena o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e define o percentual anual de recursos a ser destinado a cada área.

Já os Estados são responsáveis por apoiar e prestar apoio técnico as prefeituras na estruturação de seus sistemas culturais, estruturar um plano para criação de um fundo de cultura e definir um órgão gestor na área da cultura.

Por fim, os municípios são responsáveis por estruturar um Plano Municipal de Cultura, que é o documento de planejamento para definir as diretrizes na execução da política cultural da cidade. Deve também definir um Órgão Municipal de Cultura com o papel de executar as ações previstas no plano e para mobilizar e apoiar comunidades e cidadãos envolvidos na cultura local. Além disso, deve garantir o funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural, composto metade pelo poder público e metade pela sociedade civil, ele é responsável por contribuir e aprovar a formulação do plano e acompanhar as políticas culturais. O município tem o dever de definir o montante de recursos anuais destinados ao Fundo Municipal de Cultura e devem convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura que consistem em

---

<sup>39</sup> <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>. Acesso em: 30/08/2018

<sup>40</sup> <http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/pacto-federativo-conheca-as-responsabilidades-da-uniao-estados-e-municipios-na-area-cultura>. Acesso em: 30/08/2018

encontros anuais para a reunião da sociedade civil e representantes do poder público para que, em conjunto, discutam as políticas públicas culturais.

### **2.2.1 IPHAN**

Como anteriormente citado, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional é um órgão a nível Federal e vinculada ao MinC. Foi criado em 1937 com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, e durante sua trajetória ainda teve o nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, até chegar ao sua atual denominação em 1994.

Este órgão é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro e a ele cabe a proteção e promoção dos bens culturais do Brasil com o intuito de assegurar a permanência destes para o usufruto das gerações futuras. O IPHAN também é responsável pelos livros de Tombo, por selecionar os bens que serão inscritos e preservá-los. A fazenda São Bernardino se encaixa nesta categoria, sendo inscrita no livro do Tombo das Belas Artes desde 1951. Deste modo, o IPHAN é responsável pela fiscalização e proteção deste bem em conjunto a prefeitura de Nova Iguaçu, dando apoio técnico e estrutural para que o município possa conservar seu patrimônio.

O Arquivo Central do IPHAN foi a fonte primária mais completa em documentação e registros fotográficos acessíveis para a pesquisa.

### **2.2.2 INEPAC**

O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural teve seu início em 1975. O INEPAC tem como objetivo principal a preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, para isto elabora estudos e pesquisas, cataloga e inventaria, efetua tombamentos, fiscaliza e vistoria obras e bens tombados e emite pareceres técnicos. Além disso, presta assessoria técnica às prefeituras para elaboração de inventários de bens culturais e para o desenvolvimento de projetos e obras de restauração.

Um artigo de Janeiro de 2018 do jornal Extra (figura 12) anuncia que a Prefeitura de Nova Iguaçu foi notificada pelo INEPAC, com o prazo de até dia 14 daquele mês para apresentar um projeto de conservação das ruínas da Vila Iguassú. Conjunto urbano que conta com as ruínas da Igreja da Nossa Senhora da Piedade e

as colunas da entrada do antigo cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (conhecido como Cemitério dos Escravos).



Figura 20 - Manchete do caderno Mais Baixada do Jornal Extra.<sup>41</sup>

Este conjunto urbano é tombado provisoriamente desde de 1983 pelo INEPAC sob o número de processo “E-03/02.453/78”. A descrição retirada da página online da instituição é a seguinte:

“Iguaçu Velha guarda vestígios da história da colonização do sertão fluminense, iniciada em 1567. Dos vários portos construídos ao longo do rio Iguaçu destacava-se o Porto do Feijão. No final do século XIX e início do XX, os surtos freqüentes de doenças tropicais provocaram a extinção de Vila de Iguaçu. A paisagem atual é marcada pelas ruínas da Matriz de Nossa Senhora

<sup>41</sup> JORNAL EXTRA. Rio de Janeiro: Mais Baixada. Jan. 2018.

da Piedade, de fins do século XVII e do muro do cemitério, pelos alicerces de antigas construções e vestígios do porto.”<sup>42</sup>

A Fazenda São Bernardino, mesmo que próxima a este conjunto urbano, se encontrando a 1,7 km do cemitério dos escravos e 3,2 km das ruínas do Porto de Iguassú, não consta como parte do mesmo.



Figura 21 - Mapa que mostra a localização da Fazenda São Bernardino, do Cemitério dos Escravos e das ruínas do Porto Iguassú.<sup>43</sup>

Em contato com o INEPAC no início do mês de outubro, a resposta da Instituição foi a de que a Fazenda São Bernardino não é tombada pelo órgão e por isso não possuiu um registro formal desse patrimônio e não realizou nenhuma intervenção no monumento. Também foi informado pela instituição que existem projetos sobre o bem, entretanto, o acesso a estes encontra-se indisponível.

### 2.2.3 Prefeitura de Nova Iguaçu

A prefeitura de Nova Iguaçu foi criada em 26 de novembro de 1919, 86 anos após a fundação do município em 1833. Na página oficial da prefeitura de Nova Iguaçu encontramos com atribuição da Secretaria Municipal de Cultura:

IV – Preservação da herança cultural de Nova Iguaçu, por meio da pesquisa, proteção e restauração do seu patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e

<sup>42</sup> [http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/detalhar/160](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/160). Acesso em: 10/10/2018.

<sup>43</sup> Fonte: Google Maps. Acesso em: 10/10/2018.

paisagístico, do resgate permanente do acervo da memória da cidade: patrimônio material e imaterial<sup>44</sup>;

Com o intuito de buscar informações sobre a relação da Prefeitura com a Fazenda São Bernardino, assim como seu patrimônio histórico, foi elaborada uma breve entrevista a ser respondida por um funcionário do município envolvido com a área de preservação. Junto a entrevista foi elaborada uma carta de apresentação e um termo de consentimento para a divulgação dos resultados. Em apêndice a esse trabalho encontram-se estes documentos juntos ao roteiro de entrevista e a transcrição na íntegra da entrevista.

Em busca da pessoa mais adequada para responder essa entrevista chegou-se ao professor e historiador Alofs Daniel Batista, que era, também, funcionário da prefeitura de Nova Iguaçu até pedir exoneração do cargo em 22 de agosto deste ano para melhor prosseguir na carreira de docência. Alofs Batista trabalhou diretamente com o patrimônio do município de Nova Iguaçu, tendo sido coordenador da Superintendência de Patrimônio Urbanístico (SPAUI) que se encontra dentro da pasta da subsecretária de urbanismo.

A superintendência foi criada na subsecretária de urbanismo e não atrelada a secretária de cultura. Alofs Batista explica que a preservação do patrimônio sempre ficou, hipoteticamente, a cargo da Secretária de Cultura, desde de sua criação no início dos anos 2000. Mas que na prática esta atividade não era exercida, visto o estado de abandono não só da Fazenda São Bernardino mas também de diversas edificações históricas no município. Em 2016, Alofs Batista, que trabalhava no centro de memória de Nova Iguaçu, foi convidado por Ronaldo Grana para compor uma pasta na prefeitura que teria o objetivo de cuidar da questão do patrimônio histórico do município. No início da nova gestão em 2017, então, Alofs Batista é alocado na secretária de Infraestrutura, e, a pedido de Ronaldo Grana, passa a estudar como procederiam, levando em conta que a função de preservação estaria, tecnicamente falando, no design institucional da prefeitura dentro da secretaria de cultura. Deste estudo, baseando-se no modelo de outros municípios como Rio de Janeiro, obteve

---

<sup>44</sup> <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semcult/> Acesso em: 22/07/2018.

um arca bolso teórico para montar um texto fomentando o pedido da criação da Superintendência de Patrimônio Arquitetônico de Nova Iguaçu, a SPAU.

Em relação a política de preservação no município Allofs Batista (2018) afirma que “Nova Iguaçu não possui, instrumentalizada, uma política para proteção do patrimônio e que não existe uma lei municipal, por exemplo, de tombamento” (BATISTA, 2018). Explica que além dos bens tombados na esfera Federal, a Fazenda São Bernardino e na esfera Estadual, o conjunto urbano da Vila do Iguassú, existem alguns bens tombados no município por meio de lei orgânica municipal<sup>45</sup>. Entretanto, a lei orgânica é um instrumento de exceção, não é função da lei orgânica proteger o patrimônio histórico. Uma das atividades da SPAU foi a produção de uma carta legal para o tombamento municipal. Esta proposta de lei hoje corre em processo de aprovação.

Em relação ao Plano Nacional de Cultura, o município publicou este ano de 2018, conduzido pela Secretária de Cultura. Entretanto, Batista é crítico quanto a isso, pois “considera que as outras esferas que fazem parte a produção de preservação e fomento não se encontram preparadas no município” (BATISTA, 2018). A crítica é quanto ao planejamento que não sai do papel, pois não tem competência para tal, não tem como ser financiado. Para ele, “a lei de Plano Municipal de Cultura no município de Nova Iguaçu acabou se tornando uma lei de formalidades burocráticas e acaba não se sustentando e não cumprindo sua real função” (BATISTA, 2018).

Na questão sobre projetos de conscientização e educação patrimonial Allofs Batista relata que já existiram vários projetos nesse aspecto no município. Ele conta que a Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG) tinha essa finalidade dentro de seu estatuto, e a partir dos anos 1970, chegou a publicar alguns títulos de história local que acabam tocando na questão do patrimônio. A partir dos anos 1980 foi um hiato, declara Allofs Batista, “apesar da continuidade de pesquisas ou tentativas de se fazer algo, não houveram publicações de fato” (BATISTA, 2018).

Ele ressalta a importância das publicações, pois aquilo que está publicado se perpetua e alimenta as bibliotecas das escolas para que possibilite o professor a

---

<sup>45</sup> No âmbito municipal, a lei orgânica é uma lei ordinária aprovada em dois turnos pela Câmara Municipal, e pela maioria de dois terços de seus membros.

trabalhar com o estudante. Ele declara que esse material existe, mas não massivamente, o que acaba sendo mais consultado é a internet, o que não é algo sistematizado (BATISTA, 2018).

Somente a partir dos anos 2000 que a produção retorna, foi um período de efervescência com o *campus* de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro começando a funcionar e com isto o curso de graduação em História e o *campus* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em Duque de Caxias, cidade vizinha. Também, a retomada de um grupo de pesquisadores do Instituto Histórico de Duque de Caxias retomando a produção. A Casa de Cultura de Nova Iguaçu foi criada, também, nessa época o que possibilitou um resgate da memória local, mesmo que no campo discursivo. Houve um programa conhecido como bairro-escola em Nova Iguaçu que teve um esforço em trabalhar com história local. Entretanto nenhuma dessas ações eram no tocante exclusivo da educação patrimonial, embora rondasse em torno do assunto. Allofs Batista (2018) relata que em Junho deste ano a SPAU iniciou um diálogo com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com o pensamento da criação de aplicativo que identificasse pontos históricos e a publicação de um livro com a história local. Chegou-se a produzir material paradidático sobre a história de Nova Iguaçu, que se encontra em prelo, não foi publicado. Allofs Batista (2018) ressalta que projetos na área de educação patrimonial não falta, entretanto, falta vontade política, não só em Nova Iguaçu como no âmbito de toda a Baixada Fluminense. “Os projetos não saem do papel, e o que já existe ou existiu não tem continuidade” (BATISTA, 2018).

Em relação aos órgãos públicos de proteção foi questionado se a prefeitura de Nova Iguaçu já recebeu auxílio de tais. A nível estadual, Allofs Batista (2018) relata, o INEPAC, assim como o estado em geral, tem um dificuldade técnica muito grande, tanto pelo elevado número de patrimônios quanto pela dificuldade de se atuar nos municípios da Baixada Fluminense. Nova Iguaçu recebeu sim ofertas de colaboração, entretanto tais ofertas não encontraram eco entre as pessoas com poder de decisão na prefeitura, deste modo o trabalho em conjunto foi inibido. O INEPAC chegou a acionar o município oficialmente pelo abandono da Vila Iguaçu como dito no capítulo anterior. Allofs Batista (2018) relata que o município não foi muito receptivo as demandas, “mas que um processo licitatório existe quanto a Vila Iguaçu para a

estabilização das ruínas da torre sineira da Piedade do Iguassú e os muros e escadarias do cemitério” (BATISTA, 2018).

Já em relação ao IPHAN, nos anos de 2006 e 2007 um funcionário do IPHAN esteve presente, nomeado no município para a função de cargo de confiança, durante uma grande intervenção de estabilização das ruínas da Fazenda São Bernardino. Fora isto, Allofs Batista (2018) relata uma relação dificultosa com o órgão, ele questiona a dureza do impedimento do IPHAN de se realizar a limpeza do entorno da Fazenda sem que um arqueólogo esteja presente, alegando que o município mal tem orçamento para a própria equipe de roçada. Ele ainda relata o derrubamento de uma parede da Fazenda por parte de funcionários terceirizados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e que na ocasião acabou-se processando o município, que na época não era oficialmente dona da propriedade, pois o bem estava na justiça e sua posse indefinida, e não a CEDAE. E até hoje nada se resolveu em relação a isto.

Outro caso relatado por Allofs Batista (2018), foi a demora do órgão Federal em autorizar o projeto de cercamento da área da Fazenda, uma determinação que o próprio IPHAN e Ministério Público deram ao município. Segundo o mesmo, a resposta levou 5 meses e 23 dias para ser recebida e esse grande tempo de espera para uma reposta relativamente simples, de uma ação que já tinha sido determinada que deveria ser tomada, gera um desestímulo por parte da vontade pública do município. Segundo Allofs Batista (2018) “Se já falta vontade pública do município, e quando o município tenta tomar uma ação e encontra tanta barreira, a vontade pública já foi” (BATISTA, 2018).

Dessa forma, podemos observar na fala do nosso entrevistado que muitas e em várias esferas são as dificuldades existentes na preservação do patrimônio no município. Não somente a dificuldade orçamentária de um país em crise, mas também política, em todos os níveis. A cada passo uma nova dificuldade. As dificuldades burocráticas e a falta de vontade política postergam a ação de preservação e culminam no abandono do patrimônio.

Em relação a projetos em andamento no tocante a preservação e recuperação da Fazenda Allofs Batista (2018) relata que alguns projetos existem mas ainda em

rascunho. O primeiro projeto relatado por Batista seria um circuito histórico que envolveria a Fazenda São Bernardino, o conjunto urbano da Vila do Iguassú e a Estrada do Comercio. Neste circuito poderiam ocorrer passeios e bicicleta e charrete e com isto envolver a economia da população local de forma participativa com venda de produtos locais (BATISTA, 2018). Outro projeto relatado por Batista, em específico para a Fazenda São Bernardino, que não excluiria a sua participação no circuito histórico e geraria uma sustentabilidade para o monumento, é o projeto da criação da Fundação São Bernardino, uma autarquia com finalidade de pesquisa que pode se associar as universidades próximas, além de poder servir de sede para pesquisas na tão rica Reserva Biológica de Tinguá. A ideia é a criação de dois ambientes, um técnico científico e um histórico cultural, em coexistência, dentro dos 16 mil quilômetros quadrados da Fazenda. No qual na casa grande, senzala e engenho funcionaria um centro de memória, em seu entorno uma área de lazer adaptada com banheiros para a visita da população e fora dessa área de lazer seria alocado o prédio da sede que receberia pesquisadores, salas de aula e auditório. Com a Fundação sendo gestora de todo esse complexo (BATISTA, 2018).

## **Capítulo 3 - a sociedade Iguaçuana em relação ao seu Patrimônio Histórico**

## **Capítulo 3- A sociedade Iguazuana em relação ao seu Patrimônio Histórico**

Neste capítulo apresentaremos como a sociedade iguaçuana se relaciona com seu patrimônio histórico. Destacaremos algumas ações organizadas pela própria sociedade e apontaremos algumas potencialidades no âmbito da preservação da Fazenda São Bernardino.

### **3.1. Algumas ações realizadas pela comunidade para preservação de seu patrimônio**

Como dito anteriormente, um dos fatores que acarreta no abandono é o não reconhecimento por seu meio social, quando não há representatividade suficiente em relação a sua importância. Esta representatividade é gerada pelo sentimento de pertencimento daquele patrimônio em uma comunidade. Entretanto, isto não significa que um patrimônio abandonado não possui nenhuma representatividade social, ou que este é o fator principal de seu abandono. De fato, quando pensamos no caso da Fazenda São Bernardino, podemos visualizar que não é somente um único fator que dirige o monumento ao estado de abandono, mas sim, um conjunto de fatores ao longo da trajetória daquele bem.

Sendo assim, a pesquisa buscou representatividades sociais ligadas a fazenda, principalmente no veículo mais utilizado nos últimos tempos: a internet e as mídias sociais. Com isto foi encontrado um grupo voluntário na rede social Facebook ligado a ONG Voluntariado Brasileiro e a TV Tinguá que estão organizando um Mutirão de Limpeza Voluntário para o mês de Novembro de 2018. Em tentativa de contato com o número disponibilizado pela página do Mutirão não se obteve resposta. Entretanto, com base nas informações disponíveis na página, podemos afirmar que esta ação não tem ligação com nenhum órgão público e que sua intervenção se limita a retirada de lixo e vegetação no entorno das ruínas da São Bernardino. Além disso a Fazenda São Bernardino é utilizada como local de aulas de capoeira, caminhadas e ensaio fotográfico.

Isto argumenta a favor de uma representatividade na Baixada Fluminense que anseia por seu patrimônio histórico, artístico e cultural. Que valoriza este monumento

ao ponto de mesmo em meio a precariedade e abandono busca formas de se apropriar do que é por direito seu.

Entretanto, por mais que a utilização bem gere uma valorização e representatividade, é preciso cuidado. A falta de fiscalização e, principalmente, orientação e educação patrimonial por parte do poder público pode acarretar em uma má utilização do monumento por desinformação. O lixo de visitantes se acumula no entorno e muitas foram as fotografias de ensaio em que pessoas apoiam o sapato nas paredes da ruína, sobem nos vestígios das janelas, ou ainda apoiam-se nas já fragilizadas paredes das ruínas.

Em entrevista Allofs Batista (2018) afirma que “na hora do dia ou da noite que você chega na Fazenda São Bernardino você encontra gente lá” (BATISTA, 2018). Ele relata a vez em que chegando as sete horas da manhã encontrou uma rave não autorizada terminando, com carro de som em volume elevado causando trepidações nas frágeis estruturas da ruína. Também relata a frequência dos ensaios fotográficos de todos os tipos na área das ruínas e até pessoas tendo relações sexuais no local. Ela ressalta o extremo perigo no qual estas pessoas se submetem pelo estado de colapso em que aquelas paredes se encontram. “São centenas de quilos a desmoronar” (BATISTA, 2018). Afirma ainda, “Não é para aleijar, é para matar”. São inúmeras telhas soltas, pesando em torno de 3 quilos e a nove metros de altura (BATISTA, 2018). Ressalta:

Você já deve ter visto a quantidade de telha que tem lá. Os lagartos e as andorinhas fazem ninho lá. O animal só de andar, enquanto a gente tá andando ali em volta, se assusta, corre, uma telha dela cai. Precisa ser telha de 3 quilos não, de 500 gramas que cai na cabeça de alguém pode ser óbito. Eu fiz essa orientação dezenas de vezes para dezenas de pessoas (BATISTA, 2018).

A intervenção e regularização do poder público é necessária, ainda mais se tratando de um bem tombado a nível federal. O tratamento a Fazenda São Bernardino precisa partir de profissionais, para que se evite danos por desinformação tanto danos ao bem quanto a segurança das pessoas que a visitam.

### 3.2. Patrimônio, preservação: potencialidades na fazenda São Bernardino

Ao longo deste capítulo vimos como a Fazenda São Bernardino, mesmo que em estado de abandono e arruinamento, ainda é ansiada pela população iguaçuana com projetos como o grupo voluntário do Mutirão de Limpeza. Com isto confirmamos que mesmo um patrimônio em estado avançado de degradação tem valor e é digno de ser recuperado e ter investimento no crescimento de sua valorização. No caso da São Bernardino que chegou a um estado de arruinamento começaremos conceituando o que é uma Ruína em si.

Por definição: “Ruína, s.f. resto de edificação desmoronada, amputada ou em estado avançado de degradação” (RODRIGUES, *apud*, RODRIGUES, 2012). Ou seja, a percepção de ruína é de algo que já foi completo, que já foi uma unidade, mas se encontra em fragmentos.

As ruínas arquitetônicas são restos de algo que não conhecemos exatamente, de algo que alguma vez esteve ali, pleno de sentido e funcionalidade, mas que agora somos incapazes de reconstruir. As ruínas se traduzem por fragmentos, partes inconexas que escapam a uma visão de conjunto ou relato, um saber organizado e racional. Por esta razão incitam a imaginação, para que esta recomponha os fragmentos como um quebra-cabeça de peças que faltam. (SOUZA JUNÍOR, 2017, p. 136)

A palavra ruína pode ter tanto conotação negativa quanto positiva, causar tanto assombro quanto apreço estético. De fato, é lastimável que o abandono ao patrimônio cultural cause tanta perda, mas isso significa que tudo está perdido? Significa que não há mais nada o que se fazer para recuperar os bens em estado de arruinamento? Não, a memória deve persistir, o patrimônio em estado de arruinamento tem valor e deve ser preservado. Ele não está fadado a perdição, contanto que se faça algo, contanto que ele passe a ser valorizado e saia da categoria de abandonado. Para isto, deve-se levar em conta conceitos e teorias de preservação e restauro, para embasar e direcionar a escolha de um melhor caminho para a recuperação do bem patrimonial. Assim:

De óbvia identificação e certa facilidade de definição, as ruínas são e simbolizam a inexorável perenidade das coisas do homem. A contemporaneidade parece oscilar entre o fascínio pelos vestígios de obras passadas e o temor de simplesmente conviver com estas marcas do tempo. Se há fácil consenso em sua identificação e uma aparente necessidade de agir sobre objetos arruinados, o mesmo não acontece quanto aos tipos de intervenção e seus impactos sobre tão delicada condição (BAETA. NERY. 2017, p. 219).

O romantismo foi um dos movimentos que mais incutiu valorização as ruínas, segundo Choay “a sensibilidade romântica descobriu nos monumentos do passado um campo de deleite” (CHOAY, p. 132). O romantismo transforma em estigma e testemunhas dramáticas as marcas deixadas pelo tempo, buscando no sentimento de abandono e na percepção corrosiva do tempo uma emoção estética. Esses valores afetivos conferido aos monumentos compõem o novo culto da arte. Entretanto o estetismo e o sofrimento dos românticos não explicam o porquê se militou pela conservação os monumentos históricos.

Choay afirma que a força mobilizadora para a conservação dos monumentos históricos foi a tomada de consciência da mudança do tempo histórico, uma ruptura traumática no tempo, ocasionada pela entrada da era industrial. O contraste gritante entre a paisagem pitoresca em que o edifício antigo é integrado e o mundo em processo da industrialização que o agride. O mundo do passado perdeu a continuidade e a permanência do fazer manual se extingue. O choque dessa ruptura, o advento de uma nova era, criou em relação ao monumento histórico uma outra percepção de distância temporal e gerou energias em favor de sua proteção. Diferente do pós Renascimento, em que as antiguidades eram pontos de referência para o presente, obras para se igualar e superar, a partir dos anos 1820, o monumento adquire status de insubstituível, os danos que sofrem ou sua perda são irreparáveis.

A partir daí muito foi debatido qual seria o caminho mais correto para lidar com o patrimônio danificado. O século XIX foi marcado por uma polarização de linhas teóricas anti-intervencionista e intervencionista, mais comumente figurada pelo embate entre Ruskin versus Violet Le Duc<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1879) foi um arquiteto francês e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico.

John Ruskin foi o principal teórico inglês na questão da preservação em sua época, ele defende a intocabilidade do monumento degradado e um anti-intervencionismo radical no qual considera o ato da restauração um absurdo e um crime a autenticidade da obra. Entretanto essa linha de pensamento tolera o ato da manutenção contanto que imperceptível. Em seu livro “As Pedras de Veneza” Ruskin declara sua defesa as ruínas e devoção às construções do passado, sempre defendendo o respeito absoluto ao aspecto original das edificações. (RUSKIN, *apud*, OLIVEIRA). Dessa forma:

Entendia a Arquitetura como uma expressão forte e duradoura capaz de se eternizar carregando em si uma enorme carga de valor histórico e cultural. Ruskin defendia a idéia de que as edificações deveriam atravessar os séculos de maneira intocada envelhecendo segundo seu destino, lhe admitindo a morte se fosse o caso. Com algumas exceções permitia pequenos trabalhos de intervenção que evitassem a queda prematura das edificações (OLIVEIRA, 2008).

Eugene Viollet-le-Duc era francês e grande defensor do intervencionismo, ele buscava uma pureza de estilo no projeto de restauro, no qual o monumento deve se um modelo ideal formando um sistema lógico, perfeito e fechado e retornar o edifício a um estado completo que pode nunca ter existido (VIOLLET-LE-DUC, *apud*, SANTOS). Para isto, retirava o que considerava defeitos e colocava acréscimos que considerava necessários, reconstituindo edifícios a partir da sua concepção de modelo ideal, muitas vezes resultando em algo totalmente diferente do original.

Foi o italiano Camilo Boito que alguns anos depois buscou conciliar as duas teorias antagônicas de Ruskin e Viollet-le-Duc, hora refutando, apoiando ou complementando as teorias elaborou uma série de critérios de intervenção no que tange a conservação e a restauração que buscavam o meio termo e a ponderação para dirigir a tomada de decisões neste processo.

Por fim, outro importante teórico a se considerar é Cesare Brandi<sup>47</sup> (2004), para ele o restauro é a escolha de uma leitura em detrimento de outras, e para isso deve-se sempre considerar a relação da obra com seu tempo histórico (BRANDI, 2004). Deste modo toda intervenção deve ser premeditada de um conhecimento profundo do

---

47 O italiano Cesare Brandi (1906 – 1988) é um dos principais teóricos da Restauração. Seu livro “Teoria da Restauração” oferece uma série de princípios éticos em relação a intervenção em bens patrimoniais.

histórico do bem e sempre respeitando a autenticidade histórica e artística, buscando a mínima intervenção e a reversibilidade. Em relação as ruínas, para Brandi (2004) fazer uma ruína retornar a forma seria uma ilusão, e a intervenção deve consistir em medidas conservativas, evitando uma reconstrução daquilo que nunca voltará a ser (BRANDI,2004).

Levando em consideração toda essa carga teórica construída ao longo dos séculos, cabe ao restaurador aplica-los na atualidade segundo o contexto em que a obra se insere. Dito isto, partiremos para a breve análise de caminhos que hoje tem sido tomados como solução para a intervenção em ruínas nos dias de hoje e que poderiam se encaixar no caso da Fazenda São Bernardino. Ressaltando que não é o objetivo deste trabalho a elaboração e um projeto de restauro para a Fazenda, mas sim o apontamento de caminhos e opções para tal.

Nesse intuito, serão destacados dois tipos de intervenção assinaladas por Baeta e Nery (2017) em seu artigo “Reflexões sobre intervenções arquitetônicas contemporâneas em ruínas”:

**Intervenções que apenas conservam, consolidam ou estabilizam** - Esse tipo de intervenção tem como objetivo respeitar a integridade da obra, pois parte do princípio que apesar da ruína ser um estado de degradação o processo de arruinamento acaba gerando uma nova obra de arte. Deste modo, a leitura escolhida para a intervenção determina que o objeto arquitetônico está arruinado a ponto de não se conseguir recuperar sua unidade potencial anterior e enaltece o seu aspecto fascinante de ruína. Estas intervenções são ínfimas, delicadas e silenciosas. Quando não são para a preservação do objeto propriamente dito, são para facilitar o uso e a visitação (BAETA; NERY, 2017, p. 223).

Como exemplo deste tipo de intervenção pode-se citar o caso da Casa Torre de Garcia D’Ávila na Bahia. Esta ruína se encontrava em estado de degradação tão avançado que não era mais possível compreender ao olhar a distribuição de sua estrutura preexistente assim como os elementos artísticos que foram perdidos, do mesmo modo que a Fazenda São Bernardino. Como solução a restauração se limitou a trabalhos de estabilização do edifício e a adaptação de percursos de visitação na parte interna da construção (BAETA; NERY, 2017, p. 223). Assim:

No restante das ruínas, fora os trabalhos de consolidação, estabilização e drenagem, criamos um pequeno percurso em passarelas metálicas, também em aço corten sem pintura, autoportantes, ao nível do piso do primeiro pavimento, de modo a não interferir na sua condição de estabilidade, já que, em nenhum momento, tocam nas paredes, permitindo resgatar alguns visuais

interessantes e o acesso a este pavimento mais nobre, onde os visitantes do Solar eram recebidos (MELLO, *apud*, BAETA; NERY, 2017, p. 223).

Já sobre a Criação de novos objetos arquitetônicos, Baeta e Nery consideram que:

Consiste na incorporação de novas construções com materiais contemporâneos ao edifício arruinado com o intuito de possibilitar um valor de uso e funcionalidade, ao mesmo tempo preservando as ruínas e respeitando seus valores históricos e de antiguidade. Entretanto Baeta e Nery ressaltam, esse caso não se encontra mais no campo do restauro, mas sim no da composição arquitetônica. Este tipo difere das intervenções que apenas conservam pois os elementos em material contemporâneo são diretamente incorporados as paredes e resquícios do edifício arruinado, complementando-o (BAETA; NERY, 2017, p. 231).

Como exemplo deste tipo de intervenção pode-se citar o caso do Parque das Ruínas no Rio de Janeiro. A residência que originou o parque das ruínas passou por abandono, ocupações e saques antes de ser resgatada como patrimônio. Nesse caso a solução concebida foi a adição de matérias contemporâneos que se diferem da obra original que permitiram a visualização da obra ao mesmo tempo que a proteção de seu interior. Buscou intervir de modo a tratar a ruína do modo que se encontrava sem pretender restaurar sua estrutura original, com isto alguns vão foram fechados com vidros para que a iluminação zenital não fosse perdida e a cobertura do foi obtida através de estrutura de aço e vidro. Além disso passarelas metálicas foram alocadas na parte interna da construção a fim de possibilitar um melhor percurso de visitaçào. (DINIZ, 2014, p. 6).

Entretanto esse tipo de intervenção deve ser bem pensada e considerada. A integração da ruína com materiais contemporâneos forma um híbrido que pode ser considerado condizente nos dias de hoje mas daqui a décadas ou séculos esta escolha de leitura pode ser diferente. Por isso é necessário que a intervenção seja no máximo possível reversível. Fora isso, esse tipo de intervenção traz vantagens para um bem que sem uma utilidade continuaria no esquecimento.

Além da intervenção da própria ruína em si também é necessária a adaptação de seu entorno para o recebimento de visitantes. Para isso podemos retornar a ideia esquadrinhada em entrevista por Allofs Batista (2018) da Clicovila Iguassú e da Fundação São Bernardino. Isto geraria sustentabilidade para o patrimônio, aqueceria

a economia local de forma participativa, além de fomentar a cultura, a educação e o meio ambiente.

Contudo deve-se ressaltar a dificuldade orçamentária e a inercia política na questão da preservação da memória e patrimônio. O potencial tanto da Fazenda São Bernardino quanto de todo o conjunto do rico patrimônio histórico de Nova Iguaçu é valioso. Investir nesse patrimônio acarretaria em estímulo econômico e melhoramento da qualidade de vida. A carência e falta de equipamentos culturais o qual sofre o poder público é um desperdício da potencialidade cultural, educativa e econômica do patrimônio histórico cultural, que acaba se perdendo em meio ao abandono.

## **Considerações Finais**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho pode-se visualizar motivos, fatores e dificuldades na preservação do patrimônio que culminam em seu abandono e podem acarretar em um estado avançado de degradação. O uso e valorização de um bem são colocados como fatores chave para sua preservação. Além disso a falta de aparelhos culturais, a intensa crise econômica na qual o país sofreu, os longos processos e burocracias, a falta de educação patrimonial e política de preservação concisa e continuada são dificuldades que emperram o processo de preservação. Enquanto o bem espera que esses problemas sejam resolvidos sua degradação e depredação avançam impiedosamente.

A cidade de Nova Iguaçu é riquíssima em patrimônio cultural, histórico e ambiental que, infelizmente, não é aproveitado e utilizado pela sociedade iguaçuana em sua totalidade. A Fazenda São Bernardino foi escolhida como exemplo para esse estudo, mas vale ressaltar a riqueza de todo o conjunto urbano existente e que também se encontra em arruinamento e abandono. Tal descaso com o patrimônio não é exclusivo do município de Nova Iguaçu, mas é uma enfermidade que contamina todo o Brasil. Em diversos locais nos deparamos com bens em estado de abandono, que são ansiados por sua população, que tem valor e potencial, mas sua preservação é estagnada pela inercia política e escassez financeira.

Contudo, estes bens abandonados e arruinados não estão perdidos, o patrimônio histórico cultural abandonado tem valor e potencialidade. Recuperar estes bens trará uma larga gama de benefícios para a sociedade em que se encontra, reavivando a memória local, trazendo identidade cultural e histórica, movimentando turismo e economia, fomentando a educação e melhorando a qualidade de vida da população. Sua revitalização deve ser realizada com planejamento e envolvendo a população a sua volta com sustentabilidade. É necessário entender que o patrimônio cultural é digno de investimento, pois seu retorno para a sociedade é amplo e duradouro. É como uma árvore que quando bem cuidada gera frutos e renda para as mãos de seu cultivador.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Nelson. **Fazenda São Bernardino**. s/d. UFF, Rio de Janeiro.
- BAETA, Rodrigo Espinha; NERY, Juliana Cardoso. **Reflexões sobre intervenções arquitetônicas contemporâneas em ruínas**. Dossiê Patrimônio Cultural Ibero-americano, Campinas, p. 217-240, Maio – Ago. 2017.
- BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (Verbete).
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004
- BUENO, Chris. **Acervo brasileiro permanece esquecido pelo governo e pela população**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 65, n. 1, p. 63-65, Jan. 2013.
- BATISTA, Allofs Daniel. **[A Fazenda São Bernardino]**. Rio de Janeiro, 2018. Entrevista concedida à Dianne Novaes Cordeiro em 30 de outubro de 2018.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado** – São Paulo: Estação da Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- DINIZ, Luciana Nemer. **Projetos contemporâneos em ruínas: o passado compartilhado no presente**. In. III ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014.
- CRUZ, Jane de Souza. ZEBRAL, Patrícia Nonata. **Patrimônio Privado: Tombamento e Abandono Imobiliário**. Revista Pensar Direito, v. 8, nº 1, jan. 2017.
- CUNHA, Cláudia dos Reis e. Alois Riegl e “**O culto moderno dos monumentos**”, Revista CPC, São Paulo, v.1, nº 2, p. 6-16, maio/out. 2006.

DVORAK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Tradução de Valéria Alves Esteves Lima; apresentação Valéria Alves Esteves Lima, Jens Baumgarten, Beatriz Mugayar Kühl. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FEIBER, Silmara Dias. **O patrimônio histórico como lugar social**. Revista Ra'e Ga: Curitiba, nº 16, p. 23-35; Editora UFPR. 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC – Iphan, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de Pensamento. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**/ Regina Abreu, Mario Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O pensamento de John Ruskin**. Resenhas Online, São Paulo, ano 07, n. 074.03, Vitruvius, fev. 2008.

RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen** (traducción de Ana Pérez López). Madrid: Visor, 1987.

RODRIGUES, Sara Alexandra Marcelo. **Intervenção em Ruínas: Caso de Estudo: Aldeia de Banrezes**, Macedo de Cavaleiros. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012.

SANTANNA, Márcia. **Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SANTOS, Ana Carolina Melaré dos. **Viollet-le-Duc e o conceito moderno de restauração**. Resenhas Online, São Paulo, ano 04, n. 044.01, Vitruvius, ago. 2005.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Verbetes).

SOUZA JUNÍOR, Mário Anacleto. **O conceito de ruína e o dilema da conservação em arte contemporânea**. Revista ARA, Nº2, Grupo Museu/Patrimônio, FAU-USP, São Paulo, 2017.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría Contemporânea de la Restauración**.- Madrid: Editorial Síntese, 2004.

### **FONTES PRIMÁRIAS:**

Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu

Biblioteca Cial Brito Casa de Cultura de Nova Iguaçu

Departamento de Pesquisa e Documentação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

# Apêndices

**APÊNDICE A – Carta de apresentação para a entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu**

### **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

#### **Entrevista realizada para o trabalho de conclusão de Curso: O Abandono do Patrimônio e os Caminho para sua Revitalização: A Fazenda São Bernardino**

O patrimônio histórico-cultural é essencial a estrutura identitária e cultural de um povo, sendo assim, deve desempenhar função social como um bem público, tendo uma relação de troca com a sociedade, abrangendo papéis como objeto de memória, identidade, cultura, turismo, educação e até mesmo espaço social. Quando essa função não é desempenhada cria-se uma lacuna na sociedade, impede que aquele grupo possa usufruir de sua memória histórica causando danos tanto sociais quanto econômicos, essa perda pode ocorrer por vários fatores, tais como a não preservação e abandono do bem, desastres naturais, atos de vandalismo, entre outros. O trabalho em questão se utiliza do caso da Fazenda São Bernardino, Localizada na cidade de Nova Iguaçu, Município do Estado do Rio de Janeiro, patrimônio tombado pelo IPHAN e hoje em ruínas, para discorrer sobre a perda da função social do patrimônio, suas consequências para a sociedade e caminhos para a revitalização desses bens.

Esta entrevista tem o objetivo de se aprofundar na relação entre o município de Nova Iguaçu e a Fazenda São Bernardino, assim como, com seu patrimônio cultural. Para isto será entrevistado um funcionário do município de Nova Iguaçu.

**APÊNDICE B** –Termo de Consentimento para a entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu

**Termo de Consentimento: entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu**

Eu, Allofs Daniel Batista,  
ocupante do cargo Professor / Historiador  
no Município de Nova Iguaçu, entendo os propósitos, metodologia e objetivos desta pesquisa para o trabalho de conclusão de curso “O Abandono do Patrimônio e os Caminho para sua Revitalização: A Fazenda São Bernardino”, realizada por Daianne Neves Loureiro, Acadêmica do Bacharelado em Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AUTORIZO o uso dos resultados obtidos nesta entrevista para fins de pesquisa.

AUTORIZO, também, a divulgação pública dos resultados desta pesquisa, e entendo que os mesmos não serão usados para fins lucrativos, bem como a garantia de que não serão utilizadas as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição.

Nova Iguaçu, 30 de outubro de 2018.



Assinatura: Sujeito da Pesquisa



Assinatura: Promotor(a) da Pesquisa

**APÊNDICE C – Roteiro de questões para a entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A FAZENDA SÃO BERNARDINO E A  
PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU**

1. A entrevista pode ser gravada?
2. Qual a secretária departamento responsável pela Fazenda São Bernardino?
3. O Município possui política de preservação? Qual?
4. O Município é adepto do Plano Nacional de Cultura?
5. Existem ou já existiram projetos de conscientização e educação patrimonial no Município? Quais?
6. A prefeitura recebe ou já recebeu auxílio financeiro ou técnico dos órgãos de proteção federal (IPHAN) e estadual (INEPAC)?
7. Quais são as dificuldades existentes na preservação do patrimônio no Município?
8. Existe algum projeto em andamento em relação a preservação e recuperação da Fazenda São Bernardino?

**APÊNDICE D – Transcrição da entrevista sobre a fazenda São Bernardino e a prefeitura de Nova Iguaçu**

**ENTREVISTA SOBRE A FAZENDA SÃO BERNARDINO E A PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU**

1. A entrevista pode ser gravada?

Sim, Pode gravar, pode ficar à vontade.

2. Qual a secretária departamento responsável pela Fazenda São Bernardino?

A cidade de Nova Iguaçu ela não possuía, não possui instrumentalizado uma política para a proteção do patrimônio publicada, uma legislação, por exemplo, de preservação. Sempre ficou a cargo da Cultura, hipoteticamente, a preservação do patrimônio histórico. Isso desde que existe secretaria de Cultura, aproximadamente 14, 15 anos. Quando foi criado em 2000.

Então é um órgão que tinha uma incumbência teórica, técnica teórica, de cuidar do patrimônio, e a Fazenda São Bernardino é apenas um dos patrimônios no território do município de Nova Iguaçu, mas na prática não exercia essa atividade. Isso se verifica pelo estado de abandono não só da fazenda São Bernardino mas de diversas edificações que podem ser consideradas como patrimônio, estejam elas sob preservação de instrumento como o tombamento ou não estando, o que é mais grave.

No governo atual, quando ele se consagrou vitorioso em 2016, no final do ano na montagem desse governo, eu fui contatado pelo arquiteto e urbanista Ronaldo Grana, ele me conheceu numa das atividades sobre preservação do patrimônio na cidade de Nova Iguaçu, e me convidou, eu era então funcionário público efetivo da prefeitura de Nova Iguaçu, ele me conheceu nessa circunstância, eu trabalhava no centro de memória de Nova Iguaçu, nós nos conhecemos em 2015, então a gente não tem assim, não é amizade, não é uma relação proximal. Ele só me conheceu tecnicamente num evento, e me convidou a compor com ele uma secretaria, uma pasta do governo que se iniciaria em 2017.

Como eu já tive assistindo situações em que pessoas estariam no governo e hipoteticamente, incumbido de poder público, como secretário, subsecretário, mas chegar na época do governo e não se concretizar, eu conversei com o Ronaldo no seguinte termo, quando começar o governo, nós nos encontraremos e iremos tratar sobre isso. Ele falou “quero falar com você por que você é historiador e é funcionário da prefeitura. Quero lidar com o patrimônio histórico do município”. E nisso, quem vai ser meu parceiro nisso vai ser o Flávio Araújo que também é arquiteto urbanista.

Quando virou pra Janeiro, no primeiro dia útil do ano, eu fui ao setor onde ele disse que estaria e nos sentamos, nos reunimos e ele disse “olha, nós vamos assumir a pasta de urbanismo”. Só que o urbanismo não é uma secretaria mais, passava a ser, aliás não era, nunca tinha sido secretaria, sempre teve envolvida com obra ou com outros órgãos. E desmembraram o urbanismo de meio ambiente, meio ambiente foi pra um lugar, numa secretaria que tem um nome bastante grande, que não sei o nome todo, mas a sigla é SEMADETUR, e o urbanismo ficou a secretária de infraestrutura.

Aí, em um primeiro momento eu fiquei avaliando a situação por que eu tinha estado lotado como servidor na secretária de cultura, só que o governador Nelson Bornier no final da gestão, o secretário de cultura fez a devolução de todos os servidores pra secretária de administração, então eu estava à disposição da secretária de administração. Eu falei, Ronaldo, a função hoje de preservação está tecnicamente falando dentro do arca bolso do design institucional da prefeitura dentro da secretaria de cultura, como que a gente vai fazer isso? “Ah, a gente vai verificar, eu quero que você verifique isso”.

De cara ele pediu minha lotação na subsecretaria de infraestrutura e eu passei a estudar como funcionava a preservação de patrimônio em outros municípios. Peguei exemplos de municípios onde eu acreditava serem referência, na Bahia, Salvador, no Paraná, Curitiba e no Estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro. Encontrei na cidade do Rio de Janeiro um órgão que era até aquele momento independente, que na gestão de Marcelo Crivela deixou de ser independente, passou a estar atrelado a secretária de urbanismo que cuidava do patrimônio histórico sem estar ligado à secretaria de Cultura e que tinha se originado de um órgão que vinha do urbanismo.

Isso foi o que me deu um arca bolso teórico pra montar um texto que se criou então uma superintendência dentro da subsecretaria de urbanismo, então, a partir desse texto que eu produzi, se colocou um decreto criando a superintendência de patrimônio arquitetônico e urbanístico de Nova Iguaçu, a sigla ficou SPAU.

Essa superintendência ela tinha dentro da estrutura da subsecretaria, tinha não e tem, a seguinte configuração: o superintendente, que hoje é o arquiteto, o Flávio Araújo; aí tem um topografo, isso é por uma questão estratégica, se precisa demarcar algumas das demandas do município, da questão do patrimônio é a demarcação de limites, de área tombada, não tombada, por exemplo na estrada real do comercio, a extinta vila do Iguassú, todos esses perímetros tem que ser demarcados e contratação de topografia gera um custo... era mais fácil ter um topografo no setor; uma arquiteta que é a Daniela Morais mas que no início da gestão era a Ingrid, acho que Barbosa, depois posso verificar direitinho; e eu como historiador, como coordenador do patrimônio histórico; e um senhor chamado Frederico de Castro Neto que é, um senhor já de 83 anos, e que é servidor do município já desde a década de 50, e que por conta dessa memoria ele participou de quase todas as gestões desde 1955, 54.

Então essa é a equipe, basicamente 5 pessoas. E eu estava lá na condição de agente administrativo, lotado nessa superintendência na subsecretária de urbanismo, e a subsecretária de urbanismo sendo criada fui nomeado coordenador pela minha formação em professor de história, historiador, apesar de eu ser formado em historiador, eu poderia não ter nenhuma relação com história local, mas eu tenho formação em história pela universidade federal rural do rio de janeiro do campus de nova Iguaçu com minha especialização desde a monografia em história de nova Iguaçu, história da baixada fluminense focando história de nova Iguaçu. Obviamente que a minha especialização no mestrado vai pra história política, então as vezes a questão do patrimônio fica um pouco distante, mas eu lidei com muito assunto de história quando atuei como conselheiro do município, conselheiro de cultura.

### 3. O Município possui política de preservação? Qual?

Então, já tinha respondido parcialmente a tua pergunta, inclusive a sua pergunta número 3. Sobre a política de preservação. O município não tem uma lei municipal, por exemplo, de tombamento, não possui. Os bens tombados do município pela ordem de cima pra baixo, tem um bem tombado na esfera federal, a Fazenda São Bernardino, é o bem que você pesquisa, tombada desde a década de 50. Tem bens tombados pelo INEPAC, nível estadual, salvo engano são 12, e existem alguns bens tombados do município pelo município pela lei orgânica municipal, então se você me perguntar qual é o instrumento legal de tombamento que existe no município, eu vou te dizer nenhum, a lei orgânica prevê tombamento como um instrumento de exceção, não é função de lei orgânica proteger patrimônio histórico.

O município poderia ter, poderia, uma das atividades da SPAU na minha coordenação foi produzir uma carta legal, um documento, lei, propondo, uma proposta de lei pra que o executivo apresente ao legislativo a lei de tombamento do município de nova Iguaçu. Hoje eu faria outro documento, mas foi o documento que eu fiz. Entreguei a mais de 3 meses, na verdade, a mais de 4 meses, nos encaminhamos essa documentação para a procuradoria do município, a procuradoria do município avaliou o documento enquanto carta legal, se ela feria a constituição, se feria outras cartas de proteção ao patrimônio tanto na esfera municipal ou estadual, não feria, dentro dessa legislação que a gente propôs existia um dispositivo que foi solicitado a retirada por que oferecia possibilidade de renúncia fiscal ao abrir mão de IPTU de imóveis tombado, apesar de eu achar que a PGM foi muito ortodoxa, eu concordei porque no afã de buscar o avanço de que existisse uma lei nós concordamos em perder um artigo de uma lei com mais de 20 artigos. Então acredito que não foi uma deturpação da finalidade da lei. Foi uma alteração ínfima dentro de todo o escopo dela, a mais de 3 meses essa lei foi parar na mesa do prefeito, de lá, hoje, imagino, corre em encaminhamento.

Por que eu estou declarando as coisas no pretérito, porque em Agosto eu solicitei exoneração da prefeitura, uma exoneração do cargo de servidor público, então por isso que estou colocando as coisas no pretérito, mas estou de acordo com...

Estou conhecendo... tenho pratica no processo com isso, sai agora, 22 de agosto, 2 meses da minha exoneração.

#### 4. O Município é adepto do Plano Nacional de Cultura?

O plano nacional de cultura, o município conseguiu publicar o seu plano este ano. Eu inclusive fui bastante crítico a estratégia de como foi feito, como foi conduzido, mas foi conduzido. Como eu não estava mais no conselho municipal de cultura não pude ter uma ingerência muito grande. Porque, eu acredito, que importa pouco você estar no plano nacional de cultura, ter um plano municipal de cultura, se outras esferas que fazem a produção de preservação e fomento não estão preparadas no município.

Eu sempre disse que acreditava que o instrumento mais importante para a secretaria de cultura executar ações no município, antes de ter plano, era produzir um fundo municipal de cultura efetivamente ativo. Porque eu não posso fazer um edital para fomentar dança, publicações, canções, festivais, o que seja, preservação de patrimônio por que eu não tenho um fundo. E esse fundo ele é fundamental por exemplo para pegar repasse no nível federal ou estadual para o município, mas também para fazer captação e parceria com o privado. Aí eu faço um monte de planos, fica parecendo aqueles planos mirabolantes do Cebolinha. São planos fantásticos, mas que não tem competência de sair do papel porque não tem como ser financiado.

Então eu acho que é inverter a lógica da prioridade. Se nós tivéssemos um fundo municipal ativo atualmente tem se dito aí que vai falar... o plano municipal tem uma lei, ela foi feita a toque de caixa no governo do Nelson Bornier, ela foi publicada sem se discutir com a sociedade, e por isso eu tenho critica a essa lei. Para mim é uma lei natimorta. É a lei que se publicou pra cumprir uma determinação do ministério da cultura por que alguns repasses que a secretaria, que o ministério da cultura faz para os municípios, só faz se existir uma lei publicada, chamada lei de plano municipal de cultura, de fundo municipal de cultura, quando inexistente esse fundo, nem que seja um fundo de papel, um fundo meramente formal, alguns convênios eles estancam, eles deixam de existir. Então foi uma lei, pra existir, uma lei de formalidades meramente burocráticas. E aí ela não tem como se dar sustentação.

5. Existem ou já existiram projetos de conscientização e educação patrimonial no Município? Quais?

Primeiro eu vou pelo já existiram. Já existiram projetos de vários aspectos nesse município, própria educação patrimonial, desde a década de 80, eu posso registrar alguns. As pessoas, muitas das vezes com boa vontade mas com pouca formação.

Mas a FENIG, era uma instituição que começou a existir nos anos 70, que tinha essa finalidade dentro do seu estatuto, apesar de não ter dado uma consecução, nos anos 70 ela conseguiu publicar alguns títulos, principalmente do Rui Afrânio, que davam essa perspectiva da história, se você publica a história do local, Waldick Pereira também, professor Waldick Pereira, conseguiu publicar algumas coisas, de história, mas de história você acaba tocando em alguns aspectos do patrimônio. Os anos 80 foi um hiato, apesar de ter tido gente continuando, tentando fazer alguma coisa, não houve efetivamente, publicações por exemplo.

Porque que estou citando publicações, porque não adianta eu fazer projeto, coloca criança sentada em círculo, bater palminha e cantar, se isso não fica. Se a próxima turma daqui a 1 ano, daqui 10 anos, não tem o que ler sobre aquele material. Publicações ficam, perpetuam. Quando eu faço um inventário do patrimônio e público e boto nas bibliotecas das escolas, daqui a 10 anos vem uma professora fazer um trabalho e essa criança tem fonte, hoje, você não tem onde essa criança fazer uma pesquisa. Não tem massivamente, você tem internet, a criança vai acabar redundando, criança ou adolescente, ou adulto, ou universitário, você passou por isso, você vai acabar redundando em meia dúzia de mesmos blogs, de pessoas que tão fazendo aquilo por amor, por gosto pessoal, mas não tá sistematizado.

Por isso que estou falando sobre publicações. Quando você publica você eterniza o conhecimento. Você pode discordar. Você pode perceber que aquele documento é datado, que a produção de pesquisa é datada sempre. Você produz com cabeça de seu tempo. Daqui a 20 anos quando alguém foi ler sua monografia, vão

dizer “nossa, a menina tá falando isso aqui, isso é muito anos 2018”. E daqui a 20 anos vai ser “nossa, a gente avançou, ou regrediu ou nossa como era avançado”. Toda produção intelectual ela é datada, não existe como fugir disso.

Então dos anos 80 até os anos 200 ficou meio frágil essa produção. Nos anos 2000 voltou a ter alguma coisa, primeiro que se criou a Casa de Cultura. Com a criança na casa de Cultura alguma memória foi resgatada ainda que fosse um campo discursivo.

E aí é uma das minhas críticas a essa predileção de uma parcela significativa da população pela Fazenda São Bernardino. A fazenda São Bernardino é um fetiche. E não é um fetiche acidental, é um fetiche construído. Toda vez que você vai falar sobre política pública de patrimônio no município de Nova Iguaçu aparece alguém levantando a bandeira da Fazenda São Bernardino. Ah porque é icônico, porque é isso, porque é aquilo. Não, esse discurso foi construído, desde a década de 50, quando se tombou, se construiu uma aura em torno da Fazenda São Bernardino. Porque a gente não fala de A ou B. Só fala da Fazenda São Bernardino.

Fica parecendo quando o mago tá fazendo seu truque que abana uma mão e você olha. Toda vez que você olha para aquela mão, ele já fez o truque em outro espaço. Então em termos de preservação do patrimônio, toda vez que se fala da Fazenda São Bernardino, um casarão foi tombado, tombado no sentido de demolição, um casarão recentemente foi demolido em Comendador Soares, no mesmo momento estava se falando de Fazenda São Bernardino no governo do Nelson Bornier, fazendo reuniões mirabolantes com gente do IPHAN e do INEPAC e o casarão no largo do lobato todo destruído em comendador soares. Então assim, não foi só o casarão, todo um largo. Porque o largo do boticário no RJ é preservado. Um largo do lobato, que tinha casas construídas das década de 30, todas com as fachadas preservadas e um casarão da década de 30, todos foram demolidos num final de semana.

Quer dizer, a alegoria que eu estou trazendo, do que abana com uma mão e quando você vê o truque já foi feito em outro lugar, acontece frequentemente com a Fazenda São Bernardino sendo usada sempre como esse objeto de distração. Não estou querendo desmotivar ninguém de pesquisa não, só estou querendo lembrar que ninguém elege nenhum objeto por acidente. Por mais que... “Não”, “porque eu gosto”,

“Porque eu fui lá”, sim, mas você só foi lá por que alguém elegeu aquele objeto como narrativa. É uma narrativa que é de um grupo social, que pertence a uma capacidade econômica X, uma posição política Y. Ninguém escolheu a Fazenda São Bernardino por acidente.

Nos anos 2000 ainda, falando sobre esse projeto de conscientização houve um programa chamado bairro-escola nas escolas do município de Nova Iguaçu. E o bairro-escola teve algum esforço para trabalhar com a educação de história local, regional, história da cidade, história da baixada fluminense.

Estava em um momento de efervescência, a Universidade começando a funcionar em Nova Iguaçu, curso de história na cidade e outras coisas acontecendo. A Universidade da baixada fluminense na UERJ, em Caxias, sendo inaugurada, uma retomada do grupo de pesquisadores do instituto histórico de Duque de Caxias, que estava retomando uma produção eu estava um pouco inerte. Então esses anos entre 2006, 2007, 2008, tem uma certa efervescência até 2010, 2012 que vai reverberar, mas eu acho que não era focado só na educação de patrimônio.

Acho que educação de patrimônio, meio que passou, inclusive teve um projetinho que era o “se essa rua fosse minha” que foi em Mesquita, mas que teve uma coisa parecida em Nova Iguaçu, que os alunos das escolas entrevistavam as pessoas mais velhas na rua e aí ficavam registrando isso. Um pouco de resgate de memória através da história oral. Mas eu acho que isso tudo ficou, de novo, adormecido. Nós estávamos começando a dialogar com a secretaria da educação, em maio ou junho desse ano (2018). O Alex Castellar que é o secretário de ciência e tecnologia estava também na parte da educação e nós lá na superintendência começamos a conversar com o Alex Castellar, por que como ele estava com a ciência e tecnologia, a gente ia ver se construía um aplicativo que identificasse pontos históricos, publicar algum livro com história da cidade.

Eu produzi um material paradidático com a história da cidade, o livro tá produzido, ele tá no prelo, não tá publicado, mas existe. Então assim o material didático existe, paradidático né. Para auxiliar o educador, mas esse material não foi publicado, se vai ser publicado, eu duvido bastante. Falta mais do que projeto pra educação do patrimônio, falta vontade política, esse o ponto que você vai enfrentar

em Nova Iguaçu, São João, Mesquita, Belford Roxo... É um discurso que muitas das vezes, “Ah, a política cultural não dá voto, cultura não dá voto, patrimônio histórico não dá voto”.

Quando na verdade, pra quem trabalha na área de cultura e patrimônio sabe que se um gestor conseguisse realizar uma política de patrimônio bem organizada, ele poderia investir no próprio turismo histórico, dar retorno econômico, produzir renda para pessoas do entorno dos patrimônios. Acho que isso é bastante relevante pra sua pesquisa. O que falta é alguém convencer um gestor disso, ou o gestor ter os ouvidos atentos a esse tipo de informação. Já que... Como eu estou informando. Eu estive tão perto da gestão, cheguei a conversar com o prefeito sobre isso, pessoalmente, ele se mostrar bastante interessado, pelo menos no aspecto formal, mas não dá consecução, não dá andamento, dessas atividades, então, não são poucas as ações que as pessoas projetam, o problema é o que consegue realizar. Aí mora o problema.

6. A prefeitura recebe ou já recebeu auxílio financeiro ou técnico dos órgãos de proteção federal (IPHAN) e estadual (INEPAC)?

Bom, vou falar sobre o INEPAC primeiro. O INEPAC, hoje, o diretor do INEPAC, é o Marcus Monteiro. O Marcus Monteiro é um parceiro, desde antes de eu estar em coordenação de patrimônio histórico antes de eu lidar com patrimônio histórico na prefeitura, eu já tinha contato com o Marcus Monteiro por conta da minha formação em História, eu tive contato com ele, da minha formação em história em pesquisa da história da baixada fluminense, ele é uma referência nesse âmbito de história regional, mesmo não sendo historiador, ele é advogado por formação, mas ele é um historiador por prática, pesquisa dele tem um apreço muito grande. Ele foi diretor do INEPAC na gestão do Sergio Cabral, ele foi diretor do INEPAC 6 anos seguidos, e agora na gestão do Pezão ele foi chamado novamente, ele tem uma larga experiência, bagagem na gestão.

Porém o INEPAC, como de outra forma, o estado em geral, ele tem uma dificuldade técnica muito grande. O estado é muito grande o número de patrimônios é enorme e a dificuldade muito grande de atuar. E os municípios da baixada são muito difíceis, quando um técnico como o Marco Monteiro se oferece pra atuar no município,

os gestores do município se sentem agredidos, por que o cara traz uma bagagem de conhecimento técnico muito grande e muita gente que está nos lugares de poder, de decisão das prefeituras não tem essa bagagem, aí quando essa pessoa técnica se aproxima, elas se sentem ameaçadas, elas tentam desqualificar ad hominem, tentam tirar a qualidade dessa pessoa, então do INEPAC, nós recebemos ofertas de colaboração, mas não encontrou eco entre as pessoas que tinham poder de decisão.

Não era eu que tinha esse poder. Então quando esse eco não é encontrado, eu fiquei de mãos atadas, não podia atuar junto ao Marcus, fui proibido, fui inibido, de atuar junto com ele. Informei isso a ele, que estava inibido pelos meus hierárquicos, superiores hierárquicos de atuar com Marcus Monteiro. Mas aí é uma questão muito difícil de você lidar. Quando você está dentro de uma estrutura hierarquizada e o seu superior se sente ameaçado pelo um conhecimento técnico externo. Então sobre o INEPAC eu vou falar isso.

O INEPAC provocou o município oficialmente por conta de problemas. O município foi acionado pelo INEPAC pelo abandono da Vila do Iguassú e eu busquei responder o processo dentro do que me cabia. O município não foi muito receptivo à algumas demandas. Nós tentamos acertar, é, estive com visita técnico com engenheiro, arquiteto, mas a gente tá com... bom, agora não é mais a gente, por que não estou mais lá. Mas existe um processo licitatório quanto a Vila do Iguassú, existe um processo licitatório para a estabilização da ruína da torre, a torre sineira da igreja da Piedade do Iguassú e também do contorno, a escadaria do cemitério e os muros, uma manutenção geral.

O problema é que isso não é todo o perímetro o perímetro todo da Vila do Iguassú é muito grande, é muito ocupado. Por pessoas que são posseiras, compraram entre aspas as propriedades ou invadiram, ou seja lá como for. Mas vivem lá, elas estão lá. Então não adianta eu ir lá numa ação pontual. Tem que fazer uma intervenção que seja permanente, que tenha capacidade de envolver esse entorno, essas pessoas que já estão lá. E ter a competência de construir nessas pessoas uma consciência de que aquilo ali, vai dar um melhor retorno pra ela se preservado. Mas essas coisas não tiveram eco dentro da gestão.

Não é uma crítica a essa gestão não, tá, por que essa gestão não é uma exceção ela só segue um padrão. Então assim, essa gestão tem seus méritos e tem seus deméritos. Eu tive muita expectativa e errei por me criar expectativa. Não sai por conta disso, sai por outras questões. Eu sou professor e assumi função pública em outros órgãos e acabei me desvinculando de um. Uma questão de opção e estratégia profissional. Inclusive estou aberto para voltar, seja no município de Nova Iguaçu, ou de Mesquita, ou de São João... com patrimônio. Estou buscando me especializar. Estava agora mesmo fazendo uma disciplina de política de preservação do patrimônio. Assim, não estou me isentando de continuar atuando com patrimônio histórico patrimônio cultural. Só que tive que fazer uma opção porque estava em uma encruzilhada profissional. Tive que fazer uma opção e fiz. Como sou historiador, acho que a docência era o caminho mais pragmático.

O IPHAN, eu tenho que te dizer que é uma decepção para mim muito grande. Nunca tive muita expectativa no IPHAN não, mas depois eu tive uma decepção muito grande. Bom, 2006 pra 2007, a prefeitura teve aqui com o Paulo Vidal, funcionário do IPHAN, com o secretário dentro do urbanismo e foi a única intervenção que a Fazenda São Bernardino recebeu desde 1951, intervenção forte, foi feito a estabilização da ruína. Talvez se isso não tivesse acontecido em 2007 ruína já tivesse desmoronado. Então essa foi uma ação do município, o município de Nova Iguaçu executou, com um funcionário do IPHAN estando nomeado no município para uma função de cargo de confiança do município. Ponto. Então isso não tem a ver com o IPHAN, foi um funcionário do IPHAN que veio aqui atuar.

Agora vou falar sobre minha experiência com o IPHAN. O Ministério Público é um canal maravilhoso pra população se comunicar. O poder público se omite. E sobre o patrimônio existem algumas ações contra o município de Nova Iguaçu, algumas justas, algumas injustas e outras descabidas.

Vou falar de uma descabida. As estações ferroviárias que estão no território municipal não pertencem ao município, elas pertencem à União. Elas são refugio da antiga rede ferroviária federal. Elas não pertencem ao município. Elas estão tombadas pelo INEPAC, só que isso não é uma obrigação do município cuidar, é uma obrigação da União. E existe um monte de ações que acabam pululando no Ministério Público que as pessoas querem que o município dê conta, só que o bem não é do município.

E eu pesquisei e não é fácil que o município adquira o bem. Então existe todo um contorno aí. É injusto botar essa conta na conta da prefeitura.

Agora um justo, é sobre a Fazenda São Bernardino, um relativamente justo. A Fazenda São Bernardino está lá desde os anos 80 foi incendiada, está vazia desde essa época. Por que eu falo que é relativamente justo, o município fez a desapropriação nos anos 70, só que a família entrou com uma ação de reaver o bem porque não se concordou na época com a indenização.

Então desde os anos 80 quando teve o incêndio, o prefeito da época quis devolver o bem para a família. E aí entrou-se em uma ação judicial, que não se resolveu. E que caducou, eu não sei o que aconteceu com o processo dos anos 80. Acontece que só em 2006, 2007, se voltou a mexer nesse assunto, quando foi se fazer a intervenção. Foi se fazer alguma coisa lá e o governo não conseguiu fazer. Coisa normal de governos, se projetou e não se executou, seja por incompetência ou por incapacidade. Que são duas coisas diferentes. Eu posso ter competência mas não ter capacidade, porque eu não tinha recurso. Ou eu posso ter o recurso e ser incompetente. Agora quando você é incompetente e incapaz, aí complica. Não estou dizendo que foi uma coisa ou outra, mas acredito que uma soma de fatores possa ter confluído para isso. Mas o município não tinha capacidade orçamentária, e nem tinha gerencia sobre o bem. O bem estava na justiça. Então em 2006, 2007, se reabriu o processo judicial para indenização do bem, para que ele passasse a figurar como bem do município.

Então vamos lá, desde os anos 70 tem um quiproquó jurídico e a posse do bem não tem uma definição legal. Se o bem é tombado e não é meu, eu não posso mexer. Você deve saber bem disso. Se o bem é tombado e não é meu. Como eu faço a reforma? Quem faz a reforma? O IPHAN não tem recurso. O município não tem e não é dono. E a família não quer, aí a versão deles você procura com eles se você conseguir encontrar alguém. Estou falando da minha perspectiva, pelo o que eu vi, quanto ao que eu assisto, quanto ao que eu consigo alcançar. Se eles tiverem uma versão melhor, eu não estou aqui para contraria-los. Eu estou aqui pra dizer o que vivi.

Sabe quando que acabou a ação judicial? Que começou nos anos 70. Em 29 de março do ano passado, ou seja, desde os anos 70 até março de 2017 o bem não tinha um dono estabelecido pela justiça só em agosto do ano passado, ou seja, agosto de 2017 o RGI da Fazenda São Bernardino passou a ser o RGI de alguém. E agora é da prefeitura de Nova Iguaçu. É um bem do patrimônio cultural que agora é um patrimônio municipal. São duas categorias diferentes. Patrimônio público e patrimônio cultural. Por acaso esse patrimônio cultural agora é um patrimônio público. Percebe, esses dois, mundos, né.

Desde que virou nosso, nós começamos a ação. Eu pude estar lá em algumas ocasiões acompanhando a equipe de roçada, de limpeza. Sabe o que aconteceu? Quando eu comecei a roçar. Eu recebi notificação do IPHAN de que pra eu roçar a Fazenda São Bernardino eu devia ter contratado um arquiteto pra estar comigo, um arquiteto não, perdão, um arqueólogo. Você acha que o município tem capacidade orçamentária de pra acompanhar toda vez uma roçada, pra fazer limpeza, só a limpeza do mato, de contratar um arqueólogo? Ou fizesse um concurso. O que não vai fazer. Ou fazer um contrato. É irreal. O IPHAN trabalha na base do irreal. Imagina toda vez que eu vou fazer roçada em um quintal eu vou ter que contratar um arqueólogo. São 16 mil metros quadrados. Eu já não tenho equipe pra fazer a limpeza.

A cidade de Nova Iguaçu trabalhou o ano de 2017 todo com 40 funcionários pra fazer roçada dos 500 e não sei quantos mil quilômetros quadrados do município. Agora me diz se é possível, um município que não consegue contratar gente pra fazer limpeza, um trabalho urbano, orçamentariamente dispor de um arqueólogo pra acompanhar uma equipe de roçadores em um terreno que estava abandonado a mais de 40 anos. Então assim, eles não trabalham na base do real.

Primeiro ponto.

Lembra das ações do Ministério Público que eu falei? Existia uma ação no Ministério Público contra o abandono da Fazenda São Bernardino que obviamente o Ministério Público encaminhou o pepino para o município, que ainda não era dono. E nós fomos notificados com promessa de multa e tudo mais. Quando a CEDAE foi lá e derrubou uma parede, pergunta se o IPHAN processou a CEDAE e pediu indenização.

Não. Quis processar o Município. A CEDAE só falou “Não a gente não tem culpa do funcionário ter entrado na propriedade e derrubado uma parede”.

Agora vamos fazer a segunda hipótese. Vamos esquecer que é um bem tombado. Vamos pensar que fosse a sua casa. Que você tivesse deixado de morar lá e tivesse a casa fechada. Você já imaginou a CEDAE entrar no seu quintal, derrubar sua casa, pra pegar um pouco de entulho? Você acredita que é possível que a CEDAE não seja responsável? Por mais que o funcionário fosse terceirizado. É possível que não seja responsabilizada a CEDAE já que o caminhão era contratado pela CEDAE? Não importa se era funcionário público ou contratado, ou terceirizado. É responsabilidade da CEDAE. Completamente. Ela tem a obrigação de fazer uma indenização ao município agora. Por que o bem já era tombado. Foi um ataque ao bem. Na época o secretário de cultura, que era o Wagner, e eu, estivemos no lugar e nós fomos acionar a polícia federal. E ficou por isso mesmo. Até hoje. A polícia federal não deu andamento a investigação nenhuma. Eu não sei quem são os motoristas do basculante e da retroescavadeira. Presidente da CEDAE disse que não era com ele. E o IPHAN até hoje nada. Então o IPHAN tem esses problemas.

Mais um caso. Assim que saiu o RGI, nós fomos pegar um dos processos que o Ministério Público encaminhou pra gente. E obviamente, por que que o cachorro (?) entrou na igreja, por que a porta está aberta. Esse é o ditado mais antigo que existe. Então uma das determinações que o IPHAN e o ministério público dava ao município, mesmo sem o município ser dono, era que se cercasse a Fazenda São Bernardino. Então nossa primeira ação foi abrir um processo pra contratar o cercamento da Fazenda São Bernardino. Mas, alto lá, pra fazer o cercamento tem que ter a autorização do IPHAN, que é o órgão competente.

Nós mandamos um ofício com um projeto de cercamento pra Fazenda São Bernardino. Aliás, nós aproveitamos que já tinha sido feito esse pedido em 2013, que se enrolou até 2015 e o IPHAN não respondia direito. Então nós pegamos um processo antigo, mandamos pro IPHAN. Só pedindo pra autorizar, a autorização pra proceder o cercamento da Fazenda. O IPHAN não levou 6 meses pra me responder. O IPHAN levou 5 meses e 23 dias pra me responder sim ou não. 5 meses e 23 dias, da data de envio do ofício, pedindo autorização pra cercar a Fazenda São Bernardino. Eu só podia abrir processo licitatório com autorização do IPHAN. Como é que eu abro

um processo licitatório depois o IPHAN diz que não pode? O que que eu faço com essa licitação? Já pensou se a empresa ganha? Eu vou ser processado. Não vou ser eu, mas vai ser alguém. Vai ser o prefeito, por um ilícito administrativo. Então, como que uma única resposta, sim ou não, pode demorar 5 meses e 23 dias? Para uma determinação que o próprio Ministério Público e o IPHAN já dizia que o município tinha que tomar.

Então, há condições de trabalhar com o patrimônio histórico na base do real? É difícil. Se já falta vontade pública do município, e quando o município tenta tomar uma ação e encontra tanta barreira, a vontade pública já foi. Passa muito rápido. De um semestre pra o outro o prefeito já cria uma outra dificuldade, é um hospital que tá faltando isso, é a escola que tá faltando aquilo. É essa menina na televisão todo dia, em praça, em rua, levando problema. O que que é mais premente? O que que é mais urgente? Atender uma escola que tá caindo, um hospital que tá faltando remédio, pagar o salário dos servidores que ficou 3 meses atrasado do governo anterior, ou ir lá órgão que leva 5 meses pra te dar um sim ou um não? Disse sim. Mas precisava de 5 meses e 23 dias? Então sobre o IPHAN auxílio técnico zero. E se puder atrapalhar parece que é a metodologia. Me preocupa muito, me preocupa muito. É um órgão nacional.

O cercamento tá em processo agora. Mas olha o que eu estou te falando. A gente só vai ter o RGI em agosto, outubro de 2017. A gente manda o ofício e só esse ano sai a resposta do IPHAN. Aí o processo de licitação começou a correr. Licitação é 90 dias quando tá tudo *okay*. Aí o processo acabou. Só que no meio do processo já teve um erro no material na digitação do processo. Então já teve que fazer uma emenda. Então assim, foi feita a limpeza do terreno, pra poder começar o cercamento. Quando o chefe, que era meu chefe, chegou lá. O material do cercamento estava errado. Por que alguém digitou alguma coisa errada em algum lugar. E aí teve que parar o processo e voltar pra retificar. Que não ia fazer com Moirão Tratado, ia fazer com Perna de Três. Você acha que a Perna de Três vai aguentar? A gente num clima tropical úmido, exposto ao tempo, à chuva e o sol. Uma Perna de Três à beira da Reserva Biológica de Tinguá que chove, índices pluviométricos altíssimos, todo o tempo. Perna de Três com 6 meses cai. Tem que ser o Moirão de Eucalipto tratado, que vai aguentar sol e chuva, por 6 anos, 10 anos, 20 anos.

Eu não estou dizendo que depois do cercamento o município não pretenda fazer outras coisas, tem projeto sim, eu não estou mais lá, mas eu sei por que eu deixei os projetos abertos. Acontece que a gente sabe se vai ter capacidade. Competência até está tendo, mas não sei se vai ter capacidade, isso depende de orçamento. Uma restauração da Fazenda São Bernardino, se fosse fazer restauração, e não é nem essa a perspectiva, não sai por menos de 30 milhões. Você sabe disso. 30 milhões talvez não reconstrua nem a volumetria. Imagina, o Museu Nacional acabou de pedir 56 milhões. Se o Museu Nacional está com dificuldade de pedir 56 milhões. De onde Nova Iguaçu vai tirar 30 milhões? O Museu Nacional comoveu o país inteiro e fora do país. O que que a Fazenda São Bernardino vai comover hoje? Quem? Vai se comover a dar 30 milhões pra recompor uma volumetria de um edifício que caiu em 80?

Desculpa, eu sou cético quanto a isso. Eu tenho meus dois pés cravados no planeta Terra e a gravidade funcionando em cima deles. Por experiência. Não que eu não tenha as minhas utopias. Não que eu não tenha desejo de que se realizem coisas. Mas a minha proposta é muito mais humilde. Eu sugeri que se faça a ocupação da Fazenda São Bernardino, hoje, colocando dois ou três containers para receber a equipe administrativa cobrindo eles com lona igual de estacionamento de shopping, que é um custo muito baixo. Colocando, minimamente, uma equipe de guias, ainda que fosse na base dos estagiários ou serviço comunitário. Pra que as pessoas entrem na Fazenda São Bernardino e recebam uma visita guiada. Por que hoje se você for lá, eu te garanto, na hora do dia ou da noite, que você chega na Fazenda São Bernardino você encontra gente lá. Do dia ou da noite. Eu já cheguei lá 7 horas da manhã e encontrei uma *rave* acabando. As pessoas loucas, com carro de som lá em cima, causando trepidação naquelas paredes que foram estabilizadas em 2007, mas que ainda está sobre risco de desmoronamento. A hora do dia ou da noite que você chegar tem gente, fazendo foto, ensaio de casamento, festa de formatura, transando. Você pode procurar na internet, você já deve ter achado, ensaio fotográfico de lingerie.

Todas as vezes que eu fui a Fazenda São Bernardino e eu vi gente fazendo foto, eu vi gente sentado na janela. Todas as vezes eu fiz questão de destacar o extremo estado de colapso que aquelas paredes se encontram, e que são centenas de quilos a desmoronar. Não é pra aleijar, é pra matar. Eu tive ano passado, com uma

roda de capoeira, no final do ano, lá. A roda de capoeira me chamou querendo fazer o evento. Eu falei assim “você não vai fazer o evento sem mim ou comigo, não é isso?”. “Ah, vamos”. Não tem como coibir. Não tinha como coibir. “Eu vou ir, vou dar uma orientação pra vocês”.

Mostrei pra eles o prédio. Falei assim, “existe todo esse pátio aqui, inclusive pra capoeira, o terreiro lá em baixo que eu estou mantendo limpo todo mês, tem muito mais significativo cultural, porque tá perto da senzala, do que a casa grande. Por que vocês não fazem a roda de capoeira aqui em baixo? Que vocês estão a 50 metros de distância de uma telha dessa que tem 3 quilos e tá a 9 metros de altura. Uma telha de 3 quilos a 9 metros de altura, quando chega aqui em baixo na cabeça de alguém, é impacto de tonelada. Então tirem suas crianças do risco”. Não sei se eles me ouviram plenamente. Mas no dia que realizaram a roda de capoeira foi pelo menos afastado da parede. Mas enquanto eles chegavam, tinha gente sentado na fazenda fazendo foto.

Você já deve ter visto a quantidade de telha que tem lá. Os lagartos e as andorinhas fazem ninho lá. O animal só de andar, enquanto a gente tá andando ali em volta, se assusta, corre, uma telha dela cai. Precisa ser telha de 3 quilos não, de 500 gramas que cai na cabeça de alguém pode ser óbito. Eu fiz essa orientação dezenas de vezes pra dezenas de pessoas.

Bom, sobre INEPAC e IPHAN, acho que falei bastante.

#### 7. Quais são as dificuldades existentes na preservação do patrimônio no Município?

As dificuldades elas existem em vários níveis. Existe um nível de dificuldade muito grande de você convencer a própria municipalidade da importância de preservar o bem. Quando você convence a importância de preservar o bem você tem dificuldade de convencer como. Né, quando você convence o porquê você tem que convencer o como. Até porque pela narrativa que se constrói em torno da Fazenda São Bernardino é difícil se transformar qualquer projeto em consenso, essa é a grande dificuldade. Construir um projeto que tenha consenso. Ou você vai atuar autoritariamente impondo

o projeto ou você vai ficar eternamente discutindo que projeto é o mais viável e não vai sair da discussão. Então você tem que ter um jogo de equilíbrio muito forte.

Quando você sai da esfera municipal, é aí que complica, você vai ao IPHAN pra uma cerca e leva 5 meses e 23 dias pra ter a resposta. Quer dizer, aí pra depois disso convencer alguém a financiar isso, sei lá, a fundação Bradesco, Eletrobrás, não importa, Lei Rouanet. Convince alguém hoje, num momento de crise, a desembolsar que seja 500 mil reais. Emenda parlamentar pode acontecer, mas os parlamentares do município não fazem emenda parlamentar pra isso. Você tem aí, deputada Rosângela Gomes, quantas emendas parlamentares ela fez pra o patrimônio cultural na cidade? Tá indo pra terceira ou quarta legislatura. Quando você vai no conselho municipal de cultura, na hora de discutir patrimônio, na hora de discutir cultura. Qual é o membro do legislativo municipal que tá lá no conselho municipal? Não vai.

Uma série de dificuldades em várias esferas. As dificuldades são enormes. Não é só orçamentária, não é só política dentro da gestão pública municipal. Ela é política em diversas esferas. Em cada passo é uma dificuldade. E é dificuldade política. No final falta de vontade política é a palavra de ordem.

8. Existe algum projeto em andamento em relação a preservação e recuperação da Fazenda São Bernardino?

Eu tive desde de Janeiro de 2017 em contato com o Flávio. O Flávio é um apaixonado pela Fazenda São Bernardino. Eu quero que você conheça ele. Ele hoje está com ódio da Fazenda São Bernardino por que não deixam eles fazer as coisas e você vai minando aquele tesão que o cara tinha. Mas ele é uma das pessoas que eu conheço que conhecem mais a Fazenda São Bernardino. Ele e o Marcus Monteiro, devem ser as pessoas que mais conhecem em detalhe sobre a Fazenda São Bernardino.

Esses vídeos que você encontra pela internet as pessoas falam um monte de abobrinha. Que o buraco que tem na sala era o lugar que se botava o escravo de castigo. Pelo amor de Deus. A pessoa que falou isso ela não tem a menor noção. Aquilo era a dispensa da casa. Dentro da sala, como é que o cara ia botar escravo, morrendo ou morto, debaixo da casa. Até existe isso, tá, na Fazenda, acho que, Santa

Clara, debaixo da mesa da sala de estar do cara tinha uma sala de tortura. Mas esse cara era doente! Pensa você ter uma sala de tortura em baixo da tua sala de estar, isso não é uma pessoa saudável isso é um psicopata.

A Fazenda São Bernardino não tinha um pantel, como se costumava chamar os escravos, não tinha uma quantidade de escravos absurdamente grande, não era propriedade agroexportadora. Produzia um consumo muito local. Duvido você me dizer que a Fazenda São Bernardino tinha café, ou cana, ou qualquer coisa pra exportar. Era basicamente, e isso até fala do Flávio, essa Fazenda era um solar, era propriedade de verão de um camarada que tinha propriedade na Tijuca, que o filho estudava na escola militar da tijuca.

Então esses caras tinham uma aproximação com o império sim. Não moravam em Tinguá *Full Time*. A Fazenda São Bernardino é a coroação de um momento na vida do cara. Construir uma propriedade em um lugar onde o ar é mais puro, sabe essa coisa, de poder botar minha cadeira de balanço na varanda. Descansar. E na casa o cara tinha escravo porque era da época, não estou dizendo que a escravidão era boa, estou só conjecturando qual que era o contexto. Esse cara não tinha 5 mil escravos, não era negociante. Ele tinha escravo por que era a mão de obra que se convencionava ter pra fazer serviços. Era como se fosse hoje contratado uma empresa de prestação de serviço. Só que na época eram escravos. Ah mas você tá com um discurso pró-escravidão? Não, não confundam alhos e bugalhos. São duas coisas diferentes. Eu estou colocando um contexto histórico, o cara tinha dinheiro, quis fazer um solar. E que nunca foi um a produção agroexportadora. Você não encontra registro da Fazenda São Bernardino vendeu 500 caixas de rapadura, de melaço pra o exterior, de cana produzida nessa propriedade.

Aquilo ali era enorme. Mas ela foi acrescida depois com o Gavazzi. Antes ela tinha um tamanho específico. A própria Vila do Iguassú já não era importante quanto centro político quando a fazenda começou a ser construída. Já havia começado a decair. Tanto que a cede da igreja de Santo Antônio da Prata já migra Jacutinga para onde é a Igreja de Santo Antônio hoje. Já tinha migrado antes da obra da Fazenda iniciar. A Igreja de Santo Antônio da Prata migra da Prata para o centro de Nova Iguaçu no início de 1860. A Fazenda São Bernardino só é inaugurada em 1875. E os registros datam a construção de 1863 pra frente. Então não é por conta da localização

política da Vila do Iguassú que ela é construída. Acho que inclusive é muito pelo contrário, por ser um vazio urbano, um lugar afastado, perto da natureza. Tem que começar a considerar a Fazenda São Bernardino como um lugar mais de descanso, um lugar pra se afastar do caos da capital do império, do que um lugar onde o cara vinha construir um poder político econômico, exercer sua autoridade. É a minha leitura, baseada nas discussões que o Flávio e eu tivemos aí há um ano e pouco só falando sobre isso.

Quanto a isso, nós tentamos produzir alguns projetos que englobassem não só a Fazenda. Mas que fizesse um circuito histórico envolvendo a Fazenda São Bernardino, a Vila Iguassú e a Estrada do Comercio. Esses três patrimônios tem que ser integrados em um grande conjunto urbano histórico. Eu cheguei a esquadrihar um projeto que eu nomenclaturei de “Ciclovila do Iguassú”. Usar a Fazenda como base, botar umas bicicletas e as pessoas com guia ou com charrete fazer esse circuito.

Com base na Fazenda pega a ‘*bike*’ dá um ‘*rolezão*’. Vai lá no porto, volta, passa pela torre sineira, cemitério e volta pra Fazenda. Conversando com chacareiros. Os moradores se não querem vender, faz um logo, faz camisa, vende pamonha, vende... sei lá... vende o que tiver que vender pra possuir uma economia participativa da população. Mas isso ficou muito esquadrihado, muito no rabisco, muito, sabe, no superficial. Esse era um projeto que envolveria mais coisas.

Para a Fazenda São Bernardino, eu esquadrihei um outro projeto, que não impediria a Ciclovila, mas que daria sustentabilidade. Que um dos tripés da política de preservação tem que ser a sustentabilidade do projeto, tanto a sustentabilidade no quesito ecológico, tanto a sustentabilidade no quesito do patrimônio se preservar e se sustentar. Seria a Fundação São Bernardino, inclusive usando Fundação São Bernardino pra poder brincar com Fazenda São Bernardino. Pega o ‘F’ e mantém e transforma numa fundação. Uma fundação é uma autarquia, teria finalidade de pesquisa, poderia se associar à Rural, à UFF, com universidades privadas. Trabalhar arqueologia, arquitetura, meio ambiente, economia agrícola... Um centro de ciência e tecnologia voltado para aquele bioma da mata atlântica.

Imagina agora que o Museu Nacional pegou fogo. Você ter base de pesquisa para biólogo. Você ter uma cede onde eles pudessem fazer incursões, dentro da

reserva biológica, que é uma área enorme preservada. Seria uma base absurdamente e muito bem vinda nesse momento. Animais que só existem na mata atlântica tem que ser procurados na mata atlântica. Insetos, nesse caso. Então assim, a Fundação São Bernardino seria o que daria sustentação de longo curso.

E o modelo que nós usamos, projetamos, era a Fundação Casa de Rui Barbosa, que era a casa de Rui Barbosa, e hoje tem pós-graduação e tá aí no coração do Rio de Janeiro. São projetos que teriam sustentabilidade. Que eu acho que a conjuntura não é positiva nesse momento eleitoral e econômica. Mas eu não vejo salvamento para aquelas ruínas se você não ocupar com algo perene que tenha gente lá todo tempo. Uma parceria com o meio ambiente, seja com o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), seja com a guarda municipal ambiental, tem que ter esse tipo de envolvimento. Não pode usar o bem cultural isolado da comunidade, tem que envolver essa comunidade. Eu não estou dizendo que a minha proposta é a melhor, mas eu acho que ela é viável.

A Fazenda São Bernardino ela tem o outeiro onde fica a Fazenda e embaixo a parte da senzala. Nessa parte eu causaria menos impacto possível, faria a reconstrução volumétrica das senzalas, transformaria essas áreas, eu na minha perspectiva, por que são mais baratas, na senzala e na oficina, reconstituiria a volumetria. Colocaria ali salas de exposição, sobretudo voltadas para a área de história cultural negra, da cultura negra, cultura afro-brasileira. Para as pessoas visitarem e ter uma exposição permanente e outras salas pra exposição temporária. Manteria a Fazenda São Bernardino em ruína, só faria a cobertura, para manter a visitação, em algumas paredes, colocando alguns painéis, seja com imagens antigas da Fazenda, seja com reconstituições, sketch-up, seja lá, algum tipo de arte-intervenção.

Transformaria o entorno do outeiro, que é um grande pátio gramado em uma área que as pessoas pudessem praticar seu lazer de turismo de sábado. Com um modelo semelhante ao que é o Parque Lage hoje. As pessoas já visitam a Fazenda São Bernardino, elas já vão pra lá, se tivesse um banheiro, as pessoas iam com sua família fazer um aniversário, igual fazem na Quinta da Boa Vista. Por que não? É feia? Tinguá tem uma vista linda, maravilhosa. A vista de cima do outeiro da Fazenda São

Bernardino é maravilhosa. É de tirar o folego. Não perde nada pro Dedo de Deus, não perde nada pra Vista Chinesa. Você tem o pico do Tinguá ali maravilhoso, imponente.

Então eu faria esse entorno, mas dentro da Fazenda só com guiamiento. Dentro da casa, do casarão, só com guiamiento. Seria resguardado um perímetro, por conta do risco, eterno, enquanto não de construísse nada melhor pra preservar. Por que nesse momento atacar a volumetria da casa é pensar em gastar muito dinheiro. A volumetria da senzala é muito menor. Muito mais barata.

E fora, dentro dos 16 mil metros quadrados, mas fora dessa área do quadrilátero produtivo, constituiria uma sede onde receberia pesquisadores, salas de aula, auditório. Então você criaria dois ambientes coexistindo onde a Fundação seria a gestora disso tudo, mas que existiria a parte técnico científica e uma parte histórico cultural. Em coexistência, sem entrar em conflito. E que poderia ser executada em etapas. Sendo que a primeira parte poderia ser essa parte histórico cultural porque ela é mais barata. Até fundar a fundação, contratar funcionários. Pode andar enquanto a reconstituição da área do quadrilátero focando mais na senzala e uma cobertura na Fazenda.

Com certeza isso aí é menos de 1 milhão de reais. Sendo bem austero, sério. Com 1 milhão de reais, você conseguiria botar a Fazenda visitável. Acho que isso é um custo de gestão pública barato. Quando a gente fala de 1 milhão de reais as vezes, as pessoas nossa, parece o prêmio do Silvio Santos, mas não é quando a gente fala de gestão pública. Se gasta 1 milhão de reais muito rápido. Quando você fala em comprar remédio, quando você fala em comprar material escolar, pagar iluminação pública. O retorno que isso traria pra cidade. Em autoestima da própria sociedade em recurso através do turismo histórico.

Aí sim, com uma base ali, o próprio município podia entrar em contato com União e pleitear as licitações. Construir um circuito histórico na Vila do Iguassú, seria um 'start' pra você construir um circuito histórico em toda Iguazu. Desde Tinguá até Jaceruba, fazer um cinturão em torno dali, onde em cada estação você poderia ter um centro de memória, uma lojinha de souvenir. É aipim que produz? Então vende coisas de aipim, faz coisas desse tipo. E postos pra guarda ambiental estar ali, ter um banheiro. Pra própria população que visita ter banheiro, ter um telefone público. Até

pra polícia, pra polícia circular, onde que esse policial vai ao banheiro? Se ele quiser sair de serviço? Como é que troca a guarda. Isso é ponto de apoio. O estado trabalhar na sua essência. O estado e o município trabalhar de forma coletiva conjunta. Acho que é uma proposta que não é muito ambiciosa em termos orçamentários. Mas é muito ambiciosa de rompimento de inercia.